

Bruno Mota Lopes

# Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2008)



 Banco do  
Nordeste

BRUNO MOTA LOPES

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO  
MICROCRÉDITO NA BAHIA  
(1973-2008)**

Fortaleza  
Banco do Nordeste do Brasil  
2011



**Presidente:**  
Roberto Smith

**Diretores:**  
José Alan Teixeira da Rocha  
José Sydrião de Alencar Júnior  
Luiz Carlos Everton de Farias  
Oswaldo Serrano de Oliveira  
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro  
Stélio Gama Lyra Júnior

**Conselho Editorial:**  
Ozeas Duarte de Oliveira  
José Narciso Sobrinho  
José Rubens Dutra Mota  
Francisco das Chagas Farias Paiva  
José Maurício de Lima da Silva  
José Maria Marques de Carvalho  
Jânia Maria Pinho Souza  
Aírton Saboya Valente Júnior  
Paulo Dídimo Camurça Vieira  
Ademir Costa

**Escritório Técnico de Estudos  
Econômicos do Nordeste – Etene  
Superintendente:** José Narciso Sobrinho

**Ambiente de Comunicação Social**  
José Maurício de Lima da Silva

**Editor:** Jornalista Ademir Costa  
**Normalização Bibliográfica:** Paula Pinheiro  
**Revisão Vernacular:** Francisco Macêdo  
**Capa e Diagramação:** Wendell Sá  
**Ilustração:** Hemetério

**Tiragem:** 500 exemplares

**Mais Informações**  
SAC Banco do Nordeste / Ouvidoria  
**0800.728.3030**  
[www.bnb.gov.br/faleconosco](http://www.bnb.gov.br/faleconosco)

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994, de 14 de Dezembro de 2004.

L864a Mota, Bruno Lopes.

Análise da evolução do microcrédito na Bahia (1973-2008) / Bruno Mota Lopes. – Fortaleza:  
Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

120 p. : il.

ISBN: 978.85.7791.133.2

1. Microcrédito - Bahia. 2. Microempreendedor – Bahia. I. Título.

CDD: 338.5

Dedico este livro, carinhosamente, aos:

Meus pais, Grazielle e Rogério (em memória), pela ternura, pelo amor e dedicação incansável

Minha esposa e filha, Franci e Maria Antonia, pelo amor, companheirismo e confiança,  
além da torcida diária.

Minha irmã e sobrinhas, Vera, Sofia e Sara, pelo amor (tímido), pelo apoio, alegria e torcida

Meus Avós, Nair e Floriano, Maricota e Lauro, e Nora (todos em memória), pelas diversas influências positivas, pelo carinho, pelo amor, pelas correções, e pelas pessoas que foram.



“Toda a conquista, todo o passo adiante no conhecimento é consequência da coragem, da dureza em relação a si mesmo, da decência consigo mesmo.”

Friedrich Nietzsche



## AGRADECIMENTOS

Segundo Patativa do Assuré, “o bom nordestino quer estar sempre rodeado”. Patativa, inteligentemente, sabia que nada se constrói sozinho. Aproveito, portanto, a oportunidade para agradecer:

Aos tios e primos: Mota & Lopes, pelo apoio e principalmente pelos fortes laços que o amor constrói. Assim como, ao meu cunhado Jakson Cerqueira, pelo apoio e força.

Aos meus amigos Marcio Mascarenhas, Marcos Tavares, Renato Macedo, Antonio Trindade, Acácio Públio, Portella Neto, Normandia Azy e José Lima, pelo companheirismo, alegria, incentivos (inúmeros) e diversas (e permanentes) provocações.

Aos meus colegas do Antares, da Universidade Estadual de Feira de Santana – (Uefs) e da Universidade Salvador – (Unifacs)

Especialmente a Nilton Gomes, Paulo Sérgio e Manoel Cordeiro, pela colaboração, paciência e compreensão, além dos incentivos em cada concessão, assim como aos colegas: Silvia Leticia, Locoete Moreira, Maria Andélia, Elizangela Freire, Nilton Junior e José França, pelo apoio certo nos momentos necessários.

Mais que especiais aos professores Claudio Damasceno, pelo desafio assumido junto comigo, e pela orientação no seu sentido puro e preciso (sem ser matemático), e Gustavo Casseb, pelos diversos incentivos, pela força dada e pelo entusiasmo.

Aos professores Maria Emilia, Ranieri Muricy, Margarida Costa, Adelaide e Madalena Mamoma, Fernando Pedrão e Noélio Spinola, por inúmeras e diferentes razões, que colaboraram na minha formação.

Às bibliotecárias (e amigas) Rita Almeida e Roseli Andrade, pelo rigor, atenção e carinho.

Às entidades relacionadas neste trabalho e as pessoas que as fazem existirem e persistirem no seu propósito de promoverem o microcrédito.

À equipe BNB/Etene, pelo respeito, zelo, atenção, profissionalismo e cuidado com as letras e as pessoas.

Aos incansáveis estudiosos do microcrédito no Brasil, que tornaram próximos, em meio aos questionamentos: Valdi Dantas, Alda Miller e Idalvo Toscano.

Aos inquietos, persistentes, lutadores e resistentes.

## PREFÁCIO

Quando em meados dos anos 90 visitei o CEAPE/BA conheci o “Agente de Crédito” Bruno, um jovem no início de uma carreira profissional. O que chamava a atenção no comportamento de Bruno era o seu espírito inquieto, sua curiosidade, seu desejo de saber e as muitas perguntas que fazia.

Desde então, Bruno não parou de perguntar e aprender. Kursou economia e se tornou um estudioso do desenvolvimento e do microcrédito. O seu recente trabalho “Análise da Evolução do Microcrédito na Bahia (1973-2008), revela muito do cidadão e do estudioso.

Primeiro quero destacar o compromisso radical de Bruno com um modelo de desenvolvimento endógeno, de fortalecimento do mercado interno, que beneficie a maioria da população e diminua as desigualdades intra e inter regionais.

Segundo, Bruno vivenciou e assimilou o microcrédito como um instrumento de política pública de combate a pobreza, de promoção do fortalecimento dos micros empreendimentos, gerando renda e trabalho.

Neste sentido é fiel a uma das assertivas das instituições de microcrédito, quando defendem a incorporação de milhares e milhares de homens e mulheres como produtores e consumidores nas economias locais.

Foi esta visão e este compromisso que guiou o presente trabalho e o fez delimitar o objeto de sua pesquisa: “o microcrédito na Bahia vem cumprindo o seu papel de promoção junto com outras ferramentas da inclusão socioeconômica via o apoio creditício aos micros empreendedores informais localizados nos municípios mais pobres do estado?

Para responder a este problema Bruno desenvolveu uma pesquisa obedecendo rigorosamente critérios científicos.

Primeiramente trabalha o conceito de microcrédito e sua abordagem como instrumento de política pública e seu papel no desenvolvimento econômico e

social. Ao escolher o estado da Bahia como o lócus da sua pesquisa aborda, com riqueza de informações e análise o desenvolvimento recente do estado e seu caráter concentrador tanto em termos territoriais, a Região Metropolitana de Salvador, como social.

Em seguida, aborda a trajetória do microcrédito na Bahia e identifica que, em sua primeira etapa, o microcrédito segue essa tendência de concentração espacial nas áreas mais desenvolvidas.

Identifica num segundo momento a ação de atores de natureza estatal em nível federal, estadual e municipal, que contribuem significativamente para uma desconcentração espacial da atuação das entidades de microcrédito, principalmente em médias e pequenas cidades. Nessa abordagem discute a essencialidade do papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

O leitor, mesmo aquele familiarizado com o tema, tem muito a aprender e a ampliar sua visão em questões fundamentais para a consolidação no país de um modelo de desenvolvimento sustentável, que tenha como base o fortalecimento do mercado interno, ao incorporar milhares e milhares de homens e mulheres empreendedoras como produtoras e consumidoras, utilizando as oportunidades econômicas e ampliando o espaço de cidadania.

Esse é o compromisso e a aposta de Bruno, para a qual o seu trabalho muito contribui.

Valdi Dantas

Sociólogo, Ex-Coordenador do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do PIB da Bahia segundo Taxa Anual de Crescimento – 1976-200	62
Gráfico 2 – Municípios com Atuação de Microcrédito no Estado da Bahia	79

### LISTA DE MAPAS

Mapa – 1 Mapa do Microcrédito do Estado da Bahia	90
Mapa 2 – Distribuição de Renda na Cidade de Salvador	98

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Composição Setorial do PIB	58
Tabela 2 – Distribuição do PIB pelas Sub-regiões Baianas – Intervalo 2000-2005	60
Tabela 3 – Cinco Maiores PIBs Baianos – 2005	64
Tabela 4 – Dez Menores PIBs Baianos – 2005	65
Tabela 5 – Municípios com Maior Número de Agências Bancárias na Bahia	66
Tabela 6 – Informações Socioeconômicas dos Cinco Municípios Mais Ricos – 2000	68

Tabela 7 – Informações Socioeconômicas dos Dez Municípios Mais Pobres – 2000	68
Tabela 8 – Instituições de Microcrédito com Número de Unidades e <i>Status Legal</i>	82
Tabela 9 – Município Baiano por Região com Número de Instituição e <i>Ranking</i> do PIB 2008	83
Tabela 10 – Municípios Beneficiados com Microcrédito por Regiões no Estado da Bahia 2008	92

## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	11
2 – MICROCRÉDITO: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS	17
2.1 – Características do Microcrédito: Propostas Alternativas	19
2.1.1 – Microcrédito: método de ofertar crédito popular	20
2.2 – Microcrédito no Brasil: Breve Histórico	23
2.2.1 – Microcrédito no Brasil: uma proposta alternativa	24
2.2.2 – Microcrédito: instrumento de política pública	27
2.3 – Papel do Microcrédito no Desenvolvimento Econômico Social	29
3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ANÁLISE	33
3.1 – Teoria do Desenvolvimento Regional	33
3.1.2 – As contribuições de Perroux e Myrdal para a Teoria do Desenvolvimento Regional	34
3.2 – Teoria do Desenvolvimento Endógeno	38
3.3 – Intermediação Financeira	41
3.3.1 – Pressupostos keynesianos	43
3.3.1.1 – Papel da intermediação financeira no desenvolvimento: perspectiva keynesiana	46
4 – PRESSUPOSTOS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS	51

4.1 – Brasil: Institucionalização da Desigualdade	52
4.2 – Desenvolvimento Econômico da Bahia	54
4.2.1 – Desenvolvimento na Bahia: resultado	55
4.2.2 – Evolução econômica da Bahia: propagação das diferenças	63
5 – MICROCRÉDITO NA BAHIA: PROCESSO EVOLUTIVO (1973-2008)	71
5.1 – Microcrédito: Evolução no Estado da Bahia	72
5.2 – Desenvolvimento do Microcrédito na Bahia	91
5.2.1 – Rota do desenvolvimento do microcrédito na Bahia	92
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	107

# 1 – INTRODUÇÃO

Dentro do contexto de uma economia capitalista, o crédito tem função de antecipar o futuro, multiplicar os fluxos financeiros, fazendo a mesma economia girar várias vezes, multiplicando a riqueza, mobilizando o capital e conduzindo-o ao aumento do produto, além de fazer o elo entre o consumo e a produção.

Nos países subdesenvolvidos – de acordo com Santos (2004, p. 19), das [...] as especificidades da sua evolução em relação à dos países desenvolvidos que aparece [...] na organização da economia, da sociedade e do espaço [...] – o crédito concentra-se ainda mais nas mãos de poucos, dificultando o acesso para a maioria da população.

Nessas nações subdesenvolvidas, porém, o crédito vem sendo demandado no sentido de democratizar as oportunidades entre os menos favorecidos que estão fora do circuito da produção formal, compondo parte do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passou a denominar, a partir de 1970, de “economia informal”<sup>1</sup>.

Para Cacciamali (2008, p. 153), este tipo de economia é a denúncia das

[...] dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social – principalmente nos países subdesenvolvidos – vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou os procedimentos-padrão, as mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento.

Em resposta às constatações registradas nos parágrafos anteriores – dificuldade de acesso ao crédito e crescimento do número de empreendimentos informais que demandam crédito – surge na década de 1970, no mundo, reunindo de uma forma organizada elementos de várias outras experiências voltadas ao fortalecimento dos microempreendimentos tocadas pelos mais carentes – o microcrédito.

---

<sup>1</sup> O marco inicial das discussões acerca do setor informal é um relatório do Quênia elaborado pela OIT no início dos anos 70 [...] que descrevia a existência, com regras e formatação própria, de uma economia que não era formal (nem moderna, nem tradicionalmente formal), e funcionava em torno das indústrias locais. (PAMPLONA, 2001).

Do ponto de vista conceitual, o microcrédito caracteriza-se pela oferta de crédito para microempreendedores informais (em sua maioria), via uma metodologia creditícia específica e alternativa, que respeita a realidade e a condição material destes, viabilizando a concessão de operações de “pequenos” montantes para milhões de indivíduos, unindo elementos de mercado com política social e tentando fortalecer milhares de ocupações.

Com estas características o “crédito popular”, como também é conhecido o microcrédito, tem um apelo social muito forte, o que vem sendo levantado como elemento colaborador – junto com outros – para a promoção do desenvolvimento, impulsionando as atividades econômicas do setor informal e os “mercados” que pertencem, via o “ânimo” criado com a concessão de crédito e com esse várias “externalidades”<sup>2</sup>, principalmente em regiões “subdesenvolvidas” de países “subdesenvolvidos” ou pobres.

Nesta perspectiva, como salienta Toscano (2004, p. 3):

[...] o microcrédito transcende a mera oferta de crédito, constituindo uma filosofia de mudança capaz de desencadear mecanismos inovadores voltados a combater o apartheid socioeconômico [...] já que é voltado para aquele indivíduo que não tem acesso ao sistema financeiro.

Voltar-se para aqueles não atendidos pelo sistema financeiro tradicional e para as atividades micro e informais – levantados por Toscano (2004) – fazem do microcrédito um forte instrumento de inclusão social quando aplicado corretamente: para empreendedores das comunidades mais carentes das regiões menos desenvolvidas.

Empreendedores informais que compõem o quadro urbano e rural das grandes e minúsculas cidades brasileiras, cujo fortalecimento destes milhares tem o reconhecimento e a recomendação das grandes instituições de cooperação internacional, tais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), como um dos eixos na luta contra a pobreza no mundo.

---

2 Ganhos [...] que se formam em decorrência da expansão de uma “indústria”. (SANDRONI, 1994).

Segundo Abramovay et al. (2003, p. 1), dando uma ideia do tamanho do universo de empreendedores informais no Brasil, 58% das famílias brasileiras vivendo abaixo da linha de indigência são chefiadas por trabalhadores autônomos, empregados informais ou sem remuneração.

Na Bahia, especificamente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>3</sup> (IBGE, 2008) existiam 682.079 indivíduos vivendo sob as condições da informalidade e da instabilidade da renda, 332.550 viviam com renda entre R\$ 1,00 (um real) e R\$ 300,00 (trezentos reais)/mês. Dentre esse conjunto de pessoas, 125.623 viviam com uma renda entre R\$ 1,00 (um real) e R\$ 100,00 (cem reais). Entre aqueles que empregavam, havia na Bahia, em 2003, 70.791 da população que somadas totalizam 752.870 pessoas, o que demonstra as fragilidades econômicas e sociais da sexta economia nacional, exigindo interferência urgente do poder público no sentido de alterar este quadro.

Assim, considerando-se as razões acima expostas, o objetivo deste trabalho é analisar a evolução do microcrédito entre os municípios baianos no intervalo: 1973-2008.

Antes de partir para o detalhamento do caminho a ser percorrido para buscar os elementos e ferramentas que corroborem com a análise do problema proposto, entende-se preliminarmente e se faz necessário justificar de imediato as razões que levam a escolha do Estado da Bahia enquanto *locus* que limita espacialmente o horizonte deste trabalho. Além disso, é imprescindível a apresentação do problema do trabalho e a hipótese que estimula a verificação por meio da construção deste exercício.

A escolha do Estado da Bahia ocorreu em função deste ser a sexta (DESENBAHIA, 2008) economia entre os estados brasileiros, o que guarda a mesma uma dada importância na conjunção nacional, que aspira curiosidades de pesquisa diversas. Ademais, por tratar-se da economia mais pujante do Nordeste, região marcadamente reconhecida por suas dificuldades de impulsionar e sustentar um processo de crescimento econômico que resolva as enormes desigualdades que registra em todos estados que a compõe em graus diferentes, ainda em pleno século XXI.

---

3 Pesquisa sobre economia informal. (IBGE, 2008).

Outra razão é a tardia e difícil evolução econômica e social deste estado a partir da década de 1970, com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari com a descoberta do petróleo nas décadas anteriores, que insere o processo mais organizado de industrialização em um pequeno *locus* que termina por promover um desenvolvimento concentrador e centralizador, impulsionador de enormes desigualdades internas e amplas, e aguda pobreza por todo estado sendo maior ainda quão distante dos polos de desenvolvimento.

Considerando, portanto, a proposta em torno do microcrédito, enquanto ferramenta de inclusão social, e o negativo quadro social da Bahia, fruto do seu processo de crescimento, apresenta-se abaixo o problema da pesquisa:

O microcrédito na Bahia vem cumprindo seu papel de promoção junto com outras ferramentas da inclusão socioeconômica via o apoio creditício aos microempreendedores informais localizados nos municípios mais pobres do estado?

Como hipótese, entende-se que as instituições de microcrédito na Bahia reforçam o processo histórico de concentração do desenvolvimento econômico e social no estado, se distanciando – parcialmente – do seu papel de combater a enorme desigualdade típica de países subdesenvolvidos, requerendo daqueles que pensam e elaboram os planos de expansão do microcrédito no estado uma maior reflexão e correção das prioridades, levando-se em conta que o desenvolvimento no Estado da Bahia beneficiou pequena parcela dos municípios, apenando os demais.

Para buscar responder ao problema desta pesquisa, primeiro faz-se necessário aprofundar o aspecto conceitual do microcrédito, que indicará as questões lógicas que o norteará, suas perspectivas, seus propósitos e seus limites enquanto ferramenta que se propõe colaborar na luta contra a desigualdade, criando assim as referências norteadoras para reflexões que virão ao longo desta pesquisa.

A seguir será construída a fundamentação teórica da análise, em que serão escolhidos os instrumentos necessários para compreensão e análise do problema.

No momento seguinte, o trabalho volta-se para a análise do processo de desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia a partir da década de 1970, como processo mais organizado de sua industrialização, buscando entender como foi desenhada a concentração e centralização da riqueza e do desenvolvimento no estado e, como consequência o quadro de enorme desigualdade econômica e social, que faz demandar microcrédito e outros instrumentos de ajustes sociais.

A penúltima parte deste trabalho abordará o processo histórico – mesmo que sumariamente – do microcrédito no Estado da Bahia, oportunidade que traçará as especificidades da evolução do setor, base para investigação maior nos pontos que seguem.

Vencida a etapa do levantamento histórico, será apresentado o quadro “Instituições de microcrédito na Bahia: tipo, quantidade e legalidade”, onde serão quantificadas as instituições de microcrédito presentes no estado (matriz e filiais), bem como a caracterização institucional das mesmas, assim como suas razões sociais como segue (até agosto de 2008), de acordo com informações do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Bahia (SEBRAE/BA); DESENBAHIA e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Serão relacionadas no quadro “Municípios baianos beneficiados com microcrédito”, as cidades em que as instituições de microcrédito atuam no estado (seja matriz ou filiais), o qual servirá de subsídio para elaboração do mapa do microcrédito na Bahia, que identificará o limite espacial do microcrédito no estado.

Com o desenho espacial do microcrédito na Bahia concretizado no mapa, recuperando as informações sobre o processo de desenvolvimento do estado a partir da década de 1970, tendo os instrumentos teóricos como ferramenta de trabalho, chega-se à oportunidade de confrontar e unir informações, realizar análise, buscando-se respostas para o problema desta pesquisa.

Por último, serão redigidas as considerações finais e as contribuições identificadas neste trabalho.



## 2 – MICROCRÉDITO: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Antes da apresentação dos argumentos que fortalecerão esta pesquisa serão trabalhadas várias ideias em torno do microcrédito para se definir o conceito a ser utilizado ao longo deste trabalho, o que será feito por meio das reflexões de alguns autores, estudiosos do assunto.

Parente (2002), para definir o que é microcrédito, parte inicialmente das ideias que giram em torno das duas palavras que a compõem: micro e crédito, para fazer sua construção e, na sequência, chamar a atenção para alguns aspectos principais desta proposta de oferta de crédito.

O prefixo micro significa pequeno, enquanto crédito, como ressalta Parente (2002, p.14):

[...] originada do verbo latino credere (crer, acreditar, confiar), tem, em sentido amplo, o significado de confiança, boa reputação. Na linguagem bancária significa empréstimo, onde [...] a soma será devolvida acrescida de juros no prazo estabelecido entre as partes.

Conceitos que rumam para uma simplificação que se distancia da proposta original do microcrédito: fortalecer empreendimentos micro e informais tocados pelos menos abastados, à medida que se apresenta aparentemente apenas como “crédito pequeno”, mas Parente (2002, p. 16) – dando sequência a sua investigação – contesta esta leitura e afirma:

[...] o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador: [...] à camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia.

Questões que transcendem o mero tamanho do crédito (leia-se quantidade de dinheiro disponibilizado), trazendo à tona elementos de maior profundidade e de

amplitude da proposta do microcrédito, quanto aos aspectos das possibilidades de inclusão presa à sua lógica e à potencialidade de junto a outras ferramentas colaborar com o desenvolvimento, associada a outras ações voltadas ao mesmo propósito.

Sinteticamente reafirmando tudo isso, Yunus e Jolis (2000) dizem: microcrédito é muito mais que entregar dinheiro e recebê-lo de volta. Esta é apenas uma parte. Microcrédito é também mudança social.

Assim, através de uma metodologia que associa elementos de mercado, crédito, com elementos sociais – valores morais e associativismo – o microcrédito constitui-se como mais uma alternativa de financiamento dos mais carentes que tocam atividades informais, seja comercial, de produção ou mesmo prestando serviços, à medida que fazem chegar às mãos destes os parcos recursos necessários à sobrevivência de suas atividades, colaborando com o fortalecimento destas e reafirmando-as como fontes de renda.

Parente (2002, p. 10) resume dizendo que:

[...] os mecanismos tradicionais de mercado e nem as estratégias de intervenção do estado têm conseguido responder aos desafios de redução das desigualdades com um mínimo de sustentabilidade [...] o microcrédito surge como alternativa de combate à pobreza por meio de mecanismo de mercado.

Síntese que agrega as informações trabalhadas até aqui e acrescentando o que viria a ser a maior motivação do surgimento do microcrédito: o combate à pobreza. Preocupação que deve orientar todas as políticas e estratégias que envolvam o microcrédito, sua expansão e crescimento em qualquer país.

Desse modo, entenderá neste trabalho que microcrédito é a oferta de crédito para microempreendedores informais (na sua maioria), via uma metodologia creditícia, que respeita a realidade e a condição material destes, viabilizando a concessão de operações de “pequenos” montantes para centenas de indivíduos.

Importante observar que na literatura relacionada ao setor, e muitas vezes de forma errônea fora desta, usa-se para falar do microcrédito especificamente a expressão microfinanças.

Microfinanças é, segundo Parente (2002), a ampliação do conceito de microcrédito e de sua lógica para “produtos” e serviços financeiros, que inclui poupança, financiamento habitacional e educacional, seguros, cartão de crédito, entre outros.

Mas como o objeto deste trabalho é o microcrédito, seguem informações que buscam ajudar a entender sua lógica e a caracterizar sua ação.

## 2.1 – Características do Microcrédito: Proposta Alternativa

Para melhor compreender o sentido do microcrédito, é preciso conhecer as características do segmento microempresarial que na sua maioria está sob os limites da “economia informal”<sup>4</sup>, o que indica por que os bancos tradicionais justificam o não atendimento deste público.

Atividades atendidas pelas instituições de microcrédito se caracterizam, segundo Dantas (1999, p. 7), por serem:

Unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente no dia a dia dos empreendimentos, acumulando funções produtivas e gerenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família [...].

Reforçando esse argumento, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>5</sup> acrescenta que essas atividades:

[...] apresentam sérias limitações e baixos níveis de produtividade e sustentabilidade (capacidade de gerar as condições de continuidade da atividade e do rendimento resultante), causada pela falta de acesso as tecnologias apropriadas à sua realidade, a falta de infraestrutura que melhore sua capacidade produtiva, a escassez de informações e instrumentos para uma participação mais efetiva no mercado, e principalmente as enormes limitações para conseguirem financiamentos. (OIT, 2002, p. 17).

---

4 Parte da economia que abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou a produção de serviços [...] que não são constituídas de acordo com as leis vigentes [...]. (SANDRONI, 1994).

5 Agência especial da Organização das Nações Unidas (ONU). (SANDRONI, 1994).

Respeitando essas características, o “credito produtivo popular” – como também é conhecido o microcrédito – usa de uma tecnologia creditícia formada com o objetivo de superar as principais dificuldades que barram o acesso ao crédito produtivo, através de uma engenharia que tenta resolver os principais gargalos: viabilizar crédito de pequena “monta” para aqueles que não podem ofertar, em troca, quaisquer garantias.

Ao trabalharem com concessão de operações de pequenos montantes, as instituições que operam o microcrédito são obrigadas a formarem uma “carteira de crédito”<sup>6</sup> de qualidade<sup>7</sup> com milhares de clientes e ganho de escala que garanta alcançar o ponto de equilíbrio financeiro necessário.

Este conjunto de técnicas tem aberto o corredor para que os milhares de indivíduos que tocam uma pequena atividade acessem crédito para capital de giro e/ou para microinvestimento, mas impõe desafios enormes sob o ponto de vista da geração da sustentabilidade das instituições operadoras, entendida aqui como a capacidade de gerar rendimentos, sem contar com subsídio, para cobrir os custos operacionais e os custos de capital, para manter a continuidade e a expansão dos serviços.

## **2.1.1 – Microcrédito: método de ofertar crédito popular**

Os créditos são liberados especificamente para capital de giro, compra de matéria-prima ou mercadoria, com prazo de amortização curto que varia de um a seis meses, de acordo com a atividade e seu ciclo de negócio.

Os valores emprestados iniciam-se pequenos e vão graduando até um determinado montante relacionado à capacidade de pagamento do empreendedor, de acordo com o cumprimento dos contratos e com base na avaliação técnica apurada pelo assessor de crédito da instituição. Esta é uma das atividades de monitoramento permanente implícita na metodologia e realizada pelo técnico

---

6 Conjunto dos títulos ou valores monetários que são objeto de negociação por parte de um banqueiro (leia-se instituição financeira). (SANDRONI, 1994).

7 Refere-se ao grau de risco em torno da carteira de crédito, que é qualificada como melhor, quanto menor for o risco de perda das operações de crédito. (BACEN, 2008).

responsável pela área. Estas são definidas estrategicamente priorizando bairros carentes com maior concentração de atividades.

As exigências para a concessão do crédito se limitam a cobrar que a atividade possua no mínimo seis meses de existência e que o proprietário não tenha problema creditício (SPC<sup>8</sup> e Serasa<sup>9</sup>) e que assuma o aval moral ou solidário, sistema de aval cruzado assumido voluntariamente pelos membros do grupo – no mínimo três componentes e no máximo seis – como garantia colateral do crédito frente às instituições de microcrédito.

Todo esse aparato e mais outros elementos de cunho sociocultural, tais como o comportamento do empreendedor diante da família, da atividade que exerce e da comunidade, que são observados na análise do crédito, formam a tecnologia de crédito do microcrédito.

Os programas existentes no país trabalham na sua maioria com crédito de capital de giro para os microempreendedores, que se caracteriza por trabalhar com pequenos valores, de acordo com a capacidade de pagamento dos empreendedores e com prazos que variam de um a seis meses de acordo com o ciclo das atividades, mediante acordo realizado com o técnico em crédito no momento da visita de avaliação do crédito e a análise deste.

As taxas de juros cobradas por operação equivalem aos juros do mercado para o mesmo produto em bancos.

Os valores adequados à realidade do empreendedor, o acompanhamento e o monitoramento sistemáticos das atividades realizados pelo corpo técnico das instituições são fatores que fazem o sucesso do microcrédito, devido aos baixíssimos índices de inadimplência de sua carteira de crédito. (DANTAS, 1999).

O microcrédito resume-se na oferta de pequenos créditos, que variam de R\$ 100,00 (cem reais) a 10.000,00 (dez mil reais) (conforme legislação vigente

---

8 Serviço de Proteção ao Crédito – gerenciada pelo Conselho de Diretores Lojistas (CDL) de cada município dentro do estado.

9 Empresa que realiza o serviço de proteção ao crédito dos bancos nacionais. (SERASA, 2008).

em 2006), para microempreendedores informais, os quais não possuem os registros formais exigidos pelos órgãos competentes, localizados na maioria em bairros periféricos ou mesmo nas vias urbanas dos principais centros periféricos.

Operações que usam de uma metodologia específica e adequada ao seu público, e alternativa aos modos tradicionalmente aplicados pelos bancos com todas as exigências e garantias reais, via vários formatos institucionais, que no caso do Brasil, vão desde as Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM), passando por programas públicos municipais e estaduais, até bancos federais como o programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Programas alternativos ao sistema bancário, que surgem com o propósito de corroborar com o fortalecimento, apoio creditício adequado e responsável, em que se busca ofertar empréstimos que venham a fortalecer seu capital de giro ou mesmo realizar pequenos investimentos fundamentais para a existência ou progresso das atividades, e de assessoramento gerencial, de milhares de atividades informais, que são – na sua maioria – uma “constituição incipiente, onde se ocupa a maior parte do excedente da oferta de trabalho urbano, com o objetivo de gerar seu emprego e sua renda” (CACCIAMALI, 2008), os quais não possuem os registros formais exigidos pelos órgãos competentes das várias esferas públicas.

Operações que envolvem uma metodologia específica e adequada “O banco que vai até o cliente” (CASTIGLIA et al., 1995 apud YUNUS; JOLIS, 2000) montado sobre a realidade daqueles que precisam deste serviço essencial à sobrevivência de seus empreendimentos: o crédito.

Crédito que numa economia capitalista tem a funcionalidade de adiantar o tempo e os processos, mas nas economias populares, tem a função de possibilitar aos “nanos” (micro) negócios os recursos necessários para a manutenção do que é básico para o funcionamento de suas atividades: a mercadoria para a comercialização, os insumos para a produção ou mesmo os fatores para a prestação de serviço. Os quais são sacrificados muitas vezes em função de problemas familiares (enfermidades, por exemplo), que obrigam a descapitalizarem seus negócios, porque estes são a única fonte de renda e poupança da família

do empreendedor, não havendo alternativa. Este é um dos muitos pontos que justificam a fragilidade dos microunidades produtivas no país.

Para os empreendedores, o acesso ao crédito é a chance de garantir uma mercearia viva ou um carrinho de pipoca, sempre no ponto já conhecido dos “fregueses”, e como resultado o pequeno lucro que se transforma em renda, que alimenta a família, e em capital, que alimenta o estoque, isto, para as atividades de “acumulação simples”. Para as atividades de “sobrevivência”, o lucro vira logo renda, e qualquer necessidade de dinheiro a mais compromete a existência destas muitas atividades, impondo um enorme risco a sua existência.

## **2.2 – Microcréditos no Brasil: Breve Histórico**

As movimentações – que gradualmente interrompem o desenvolvimento econômico, desde o fim da década de 1970 – instalam, gradativamente, a recessão econômica brasileira, que tem maiores repercussões nas décadas de 1980 e 1990, com uma política macroeconômica centrada na abertura comercial ao capital estrangeiro, como um dos recursos utilizados para combater a inflação e o déficit fiscal – conforme argumentava o governo da época – teve um desdobramento negativo sobre o setor produtivo nacional.

O acirramento da concorrência com os produtos importados impulsionou a desestruturação do parque industrial, levando à falência parte do setor industrial e forçou a reestruturação de outra parte, a qual se viu obrigada a diminuir custos, aumentando significativamente os índices de desemprego no país.

Como desdobramentos desse cenário macroeconômico ruim, houve um processo de precarização do trabalho (que implica na diminuição da renda e maior insegurança nas relações) e um enorme aumento da informalização de parte da economia nacional, ou seja, uma forma de se relacionar economicamente então denominada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como “economia informal”, que denuncia as:

[...] dificuldades que as organizações, os indivíduos e o coletivo social vêm enfrentando para superar, com as regras legais vigentes ou os procedimentos-padrão, as

mudanças estruturais econômicas, políticas e sociais em andamento. (CACCIAMALI, 2008, p. 153).

Diante deste quadro, as ONGs, que também surgiram na década de 1970 (com o propósito de transformações sociais e políticas), e conheciam a realidade e suas mazelas, em diferentes graus nas regiões brasileiras, assumiram o desafio de implementar, testar e criar as condições necessárias para estruturação dos programas de microcrédito no país a partir da década de 1970.

A evolução do microcrédito se constitui basicamente em duas etapas, uma inicial – que percorre as décadas de 1970 até meados de 1990 – onde se caracteriza as ações pioneiras das ONGs e de algumas ações públicas municipais e, um segundo momento, quando se define um marco legal e o governo federal entra no processo. É sob essa lógica que será discorrido, de forma breve, a história do microcrédito no país.

## **2.2.1 – Microcrédito no Brasil: uma proposta alternativa**

Em 1973, nas cidades de Recife-PE e Salvador-BA, por iniciativa e com assistência técnica da Accion Internacional Tecnológica (AITEC) – que viria a se transformar em ACCION Internacional, e com a participação de entidades empresariais e bancos de Pernambuco e da Bahia, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), tornando-se uma das primeiras experiências de microcrédito para o setor informal urbano no mundo, mas que não tiveram êxito devido a diversos fatores, entre eles o desvio no seu foco de atuação, segundo Rocha e Mello. (2004).

Com o fechamento do programa da UNO, o microcrédito no país voltou aos anos 1980, quando a ACCION Internacional<sup>10</sup> reaplicou a metodologia dos grupos solidários em vários países da América Latina, entre eles o Brasil, com a implantação, em 1987, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do “Centro Ana Terra” na cidade de Porto Alegre-RS.

---

10 A ACCION Internacional é uma organização norte-americana especializada em microfinanças que iniciou suas atividades em 1973, com algumas experiências nas nações subdesenvolvidas, entre elas a UNO, na Bahia e em Pernambuco. (DANTAS, 1999).

O Centro Ana Terra desenvolveu-se e passou a chamar-se Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE). Em 1990, foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), hoje CEAPE Nacional, que acabou por colaborar na multiplicação da experiência por outras unidades no território brasileiro (com maior concentração no Nordeste) e se transformou na primeira rede de instituição de microcrédito no país, com presença em 13 estados brasileiros. (DANTAS, 1999).

O CEAPE caracteriza-se por ser uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) – Lei 9.790 de 1999 (BRASIL, 1999) – formada em cada estado, como resultado da articulação e do apoio dos mais diversos atores públicos e privados da sociedade local, com a tecnologia de concessão e administração de crédito.

Em 1989, o Banco da Mulher (BM)<sup>11</sup>, com a colaboração do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<sup>12</sup> e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) inaugurou, na Bahia, mais especificamente na cidade de Salvador, seu primeiro programa de microcrédito (BANCO DA MULHER, 2008), utilizando a metodologia de grupos solidários, mas atendendo apenas às mulheres, o que mudaria ao longo do tempo. Nessa oportunidade, a Bahia é beneficiada – mais uma vez – depois do insucesso do programa UNO, por mais um programa de microcrédito.

O Banco da Mulher (BM), forma uma rede com presença nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 1995, a Prefeitura de Porto Alegre promoveu, em parceria com entidades da sociedade civil, a criação da organização PORTOSOL, abrindo espaço para uma interferência pública direta sem assistencialismo, e servindo como referência para a criação de várias entidades de microcrédito no país, baseada na iniciativa do poder público e no controle da sociedade civil e apoiado no princípio da autossustentabilidade das organizações.

---

11 O BM é filiado ao Women's World Banking, que mantém sedes em diversos países.

12 Segundo Dantas (1999), o envolvimento do UNICEF com o microcrédito ocorre a partir da constatação que o maior público percentual dessa modalidade de crédito é de mulheres e que suas rendas são na maior parte, diferentemente da maioria dos homens, revertida para toda família, beneficiando diretamente seus filhos.

O *funding* (fundo de recursos) veio de doações da Prefeitura de Porto Alegre, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, da Inter-American Foundation (IAF), de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE/RS).

Em outubro de 1996 – por iniciativa do Movimento Viva Rio (VIVA RIO, 2008)<sup>13</sup> –, com objetivo de conceder crédito aos microempreendimentos de propriedade de pessoas de baixa renda das comunidades carentes do Rio de Janeiro, foi criado o VIVACRED. Os recursos necessários a sua viabilização inicial foram formados com doações e financiamento provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Fininvest<sup>14</sup>, empresa do Grupo Unibanco.

Além dessas experiências, diversos governos estaduais e municipais implementaram programas de microcrédito – financiando diretamente o pequeno empreendimento com o propósito de gerar oportunidades de emprego e renda, entre eles a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A (BADESC); o CredPop, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A (BDMG); o Banco do Povo Paulista, o Banco do Povo de Goiás e o Banco do Povo de Juiz de Fora, entre outros.

Enfim, as instituições sem fins lucrativos, juntamente com a sociedade civil e organizações de cooperação internacional construíram no Brasil, juntas, esta alternativa de financiamento para a população de baixa renda, objetivando ampliar as oportunidades para aqueles que não encontravam ocupação nem renda.

Essas instituições levantaram a discussão em torno do tema, entendendo e propagando seus objetivos e importância, fundindo o que conheciam: a ação social com o desconhecido e temido mundo financeiro e dos negócios, demandando do estado condições melhores para viabilização e ampliação do alcance do microcrédito (através do aparato legal e apoio institucional, logístico e financeiro).

---

13 Viva Rio é uma ONG, fundada em 1993, que tem como propósito a luta contra a exclusão social.

14 Fundada em 1961, a Fininvest faz parte do conglomerado Unibanco, terceiro maior banco privado brasileiro conforme informações do BACEN (2008).

Testaram e aperfeiçoaram métodos e formas de apoio aos seus associados. Além de desenvolverem, primariamente, sistemas tecnológicos na estruturação para programas, dando subsídios para entendê-lo, acompanhar/monitorar, refletir, discutir e modificar conforme as exigências para alcançar seu público.

Criaram relações com ONGs, estados e agências de cooperação técnica/financeira da Comunidade Europeia, construíram caminhos em tempo de dificuldade de recursos, que ora foram fundamentais na capitalização, início e continuidade de vários programas de apoio às atividades produtivas e sociais, e para a economia nacional, guardada as proporções à medida que garantia a sobrevivência de muitos grupos país afora.

## **2.2.2 – Microcrédito: instrumento de política pública**

Face à importância do microcrédito como estratégia de desenvolvimento econômico e social, diversas instituições brasileiras iniciaram apoio institucional e financeiro às instituições de microcrédito.

O Conselho da Comunidade Solidária, ligado à Casa Civil (Governo Federal), promoveu debates sobre o assunto, os quais resultaram em importantes medidas. Entre estas se destaca a edição da Lei nº 10.194/01 (BRASIL, 2008), que autoriza a criação de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) – regulamentada pelo BACEN – visando atrair a participação do capital privado no setor.

A edição da Lei nº 9.790/99 (BRASIL, 1999), que inclui as instituições não governamentais especializadas em microcrédito, como a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e a edição da Medida Provisória nº 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, que isenta tais organizações da Lei da Usura, permitiram a prática de juros com taxas de acordo com suas necessidades e condições de mercado.

Em 1996, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) criou o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), com o intuito de fortalecer a rede de instituições de microcrédito com financiamentos a longos prazos. O BNDES

passou também a trabalhar para o fortalecimento institucional das instituições apoiadas e para tanto criou o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI). (BNDES, 2008).

Em 1998, o Banco do Nordeste – o primeiro banco estatal federal – criou o programa Crediamigo, para o financiamento diferenciado aos pequenos empreendimentos, tornando-se o maior programa do país e da América Latina. Naquele ano (2008) até o mês de julho, o programa já tinha desembolsado a quantia de R\$ 551,5 milhões de reais com 538.089 operações de microcrédito, o equivalente a seis vezes o PIB baiano de 2005.

A entrada do governo, enquanto colaborador no desenvolvimento do setor no país, em 1996, através do BNDES, e da Comunidade Solidária, e no ano de 1999, pelo BACEN, oportunidade em que cria as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), e regula o setor, de acordo com a Lei nº 10.194, do Conselho Monetário Nacional (CMN)<sup>15</sup>, fortaleceu o movimento em torno do tema, gerou novas diretrizes e tentou formatar um novo modelo para o setor considerado pelo estado como o mais adequado para o nosso país, diferente do que estava se desenvolvendo no Brasil até a interferência federal. (BRASIL, 2008).

O modelo proposto pelo estado se aproxima das atuais estruturas vigentes em alguns países da América Latina, centrados em instituições privadas e com largo poder de atendimento ao público e com estruturas institucionais e organizacionais amplas e fiscalizadas pelas autoridades monetárias dos seus países e integralizadas ao sistema financeiro nacional, obedecendo a uma lógica internacional<sup>16</sup>, que até os dias de hoje gera enorme discussão e controvérsia quanto aos resultados alcançados após a estruturação desse “modelo”.

Seguindo o processo de evolução, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em 2001, com o programa de apoio ao segmento de microcrédito, passou a promover o desenvolvimento do microcrédito no Brasil, apoiando novas iniciativas e organizações já existentes, através de re-

---

15 Esta Resolução foi substituída pela Resolução 2.874/2001.

16 A imensa maioria dos documentos oficiais dos organismos internacionais – BID e Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros, defendem a necessidade de uma participação dos sistemas financeiros nacionais na prestação de serviços de microcrédito. (TOSCANO, 2001).

cursos e apoio logístico e institucional às entidades relacionadas ao microcrédito e espalhadas pelas diversas regiões brasileiras.

Apesar de todos os esforços dos atores envolvidos até aqui, o desafio de viabilizar o microcrédito no país e democratizá-lo por todo território nacional, priorizando os “espaços mais pobres”, persiste. Segundo Mezzera (2003) a demanda potencial efetiva do microcrédito no país é de 5,8 milhões de clientes, mas a oferta atendia apenas 4% desta procura, ou seja, 250 mil clientes em todo país, sendo que deste total 48% é atendido pelo CREDIAMIGO.

É sob todas estas circunstâncias que, brevemente, será descrito o processo de evolução do setor de microcrédito na Bahia, no subitem que segue.

## **2.3 – Papel do Microcrédito no Desenvolvimento Econômico e Social**

Para Sandroni (1994), desenvolvimento econômico é – em síntese – aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* (riqueza por indivíduo), acompanhado por melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.

O desenvolvimento no Brasil estruturou-se ao longo das décadas com feições que se distancia, mesmo que em parte, da definição proposta por Sandroni (1994), que ressalta a distribuição de riqueza como elemento que denota o desenvolvimento.

A respeito desse distanciamento, Santos (2004) afirma que os espaços (e aí a economia) dos países subdesenvolvidos caracterizam-se, primeiramente, pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial, ou seja, organiza-se de forma dependente das economias ricas.

Como resultado deste processo, temos a formação e a reafirmação de um país desigual não só nos seus aspectos econômicos, mas, principalmente, nos seus elementos sociais.

Mais perverso ainda que as diferenças arraigadas em meio ao processo brutal de uma formação econômica que trata a desigualdade como um resultado necessário ao processo de acumulação de capital é o surgimento de poucas oportunidades que colaborem com a mudança progressiva do lamentável quadro socioeconômico de grande parte da sociedade brasileira além, é claro, da necessidade de políticas públicas que se direcionem sempre neste propósito.

Como uma das alternativas de mudança de uma grande parte da população pobre, que necessariamente esteja envolvida com atividades produtivas informais, surge no Brasil, na década de 1970, desenvolvendo com maior força na década de 1990, o microcrédito, com o propósito de fortalecer as unidades empreendedoras, garantindo a ocupação e a renda das famílias que vivem dos resultados dessas atividades.

Sob esta lógica, o microcrédito tem no desenvolvimento um papel complementar, à medida que inserem novos atores no processo, e um papel de inclusão socioeconômica daqueles milhões de indivíduos que se aventuram diariamente na busca pela sobrevivência por meio de uma microatividade informal.

Neste contexto, o microcrédito apresenta-se, para esses milhões de microempreendedores distribuídos nas diversas regiões do Brasil como um elemento exógeno, o qual deve estar respaldado por meio de uma política de propósitos maior que a simples operacionalização de crédito em grandes volumes e relacionado a outras ações de ajuste social, que podem colaborar com a mudança do quadro social progressivamente.

Assim sendo – como no circuito econômico formal a intermediação financeira tem seu importante papel no processo de desenvolvimento econômico – o microcrédito, em menor grau, teria para as comunidades pobres o papel de suprir de crédito atividades informais que geram ocupação e renda para milhares de famílias e, a partir dessa oferta, dinamizar as economias locais com recursos que chegam de fora da localidade, ou seja, um efeito multiplicador sobre as localidades ao redor onde atuam as instituições de microcrédito.

A interferência positiva sobre esta economia denominada de informal, submersa, colaboraria também com o rompimento do círculo vicioso de Myrdal

(1968), à medida que o microcrédito garante as condições financeiras para a reprodução da atividade produtiva, e esta garante a reprodução da vida material de parte da população carente. Dessa maneira, os indivíduos beneficiados com a oferta de crédito adequado às suas condições materiais progressivamente se distanciarão da pobreza e das circunstâncias que a fazem se reproduzir nas comunidades carentes.

Ao microcrédito, portanto, cabe fazer chegar às camadas mais pobres a oportunidade de inserir social e economicamente os indivíduos, de tal modo que não só altere suas vidas, mas progressivamente a vida econômica das comunidades que os cercam de uma maneira que criem vida própria e dependam muito mais da economia que gira e cresce ao seu redor, e precisem cada vez menos da ajuda externa, e possam contribuir de forma decisiva no desenvolvimento do seu *locus*.

Por meio do capítulo que segue, busca-se definir e entender os instrumentos teóricos que colaborem na análise do problema e garanta subsídio para o melhor entendimento, limites e possibilidades desta ferramenta levando em conta as condições inerentes ao Estado da Bahia.



## 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ANÁLISE

Neste capítulo, apresentam-se os fundamentos teóricos deste estudo, baseando-se nos pressupostos da Teoria do Desenvolvimento Regional, considerando as obras de Perroux (1961) e Myrdal (1968), e outros estudiosos do tema, cujo trabalho colabora no entendimento do papel do “agente motriz” enquanto impulsionador de desenvolvimento. Aliando a isto, se integrará à Teoria do Desenvolvimento Endógeno, a contribuição “keynesiana”<sup>17</sup> sobre a relação da intermediação financeira e desenvolvimento, que guiará para a análise da contribuição das instituições de microcrédito e sua distribuição espacial para um crescimento desconcentrado, descentralizado, e colaborador da diminuição das desigualdades econômicas e sociais registradas em economia com a baiana.

### 3.1 – Teoria do Desenvolvimento Regional

A Teoria do Desenvolvimento Regional vem à tona baseando-se no reconhecimento de que há dentro de uma nação ou mesmo no mundo uma separação “espacial”, uma distribuição desigual dos recursos (alguns são mais beneficiados pela natureza que outros), inexistência de perfeita mobilidade dos fatores (há restrições físicas, legais, de escassez e outras que não colaboram com fluidez dos fatores no mundo); necessidade de economizar e uma regionalização, uma divisão geográfica para o mundo e para as nações que o compõem, com suas fronteiras e leis próprias.

A Teoria do Desenvolvimento Regional é definida como sendo o estudo da diferenciação e inter-relação de áreas, num universo de recursos desigualmente distribuídos e perfeitamente móveis. (SPINOLA, 2003).

Segundo Spinola (2003), dentre as análises que fazem parte do escopo da Teoria Regional, a de localização ganha notória atenção nos fins do século XX, em função da corrida em busca do crescimento econômico nos países de-

---

<sup>17</sup> Quando for citada essa expressão, irá se referir ao trabalho desenvolvido por Keynes e as interpretações deste feitas pelos “pós-keynesianos”. (CAVALCANTE, 2006).

envolvidos, após o fim da segunda guerra mundial e a necessidade de reconstrução dos mesmos, seja nos aspectos físicos, seja nos aspectos econômicos.

Já para os países em desenvolvimento, segundo Cano (1998, p. 139), no mesmo período é marcada a intensificação do processo de “tomada de consciência” de suas estruturas econômicas, políticas e sociais e a conseqüente busca por caminhos que os levassem a alcançar o desenvolvimento.

Em meio às diversas teorias locacionais, a teoria do Polo de Desenvolvimento de Perroux (1961) e a Teoria do Desenvolvimento Endógeno se aproximam enquanto ferramentas de análise e de proposição das diversas realidades econômicas, sociais, espaciais e regionais dos países em desenvolvimento, onde as desigualdades continuam gritantes e as demandas por desenvolvimento ainda urgem. Ambas colaboram na explicação de suas realidades, ao tempo que possibilitam construções de alternativas, e meios de mudança do *status quo*.

### **3.1.2 – As contribuições de Perroux e Myrdal para a Teoria do Desenvolvimento Regional**

Entre as contribuições de Perroux (1961) para as ciências econômicas, a de maior importância reside na constatação de que o desenvolvimento econômico ocorre em desequilíbrio, ou seja, quando um “espaço econômico” se encontra “em desenvolvimento econômico” quer dizer que determinada parte deste está em crescimento, e não todo ele como um corpo homogêneo.

Ao chegar a esta constatação, Perroux (1961) quebra o paradigma do “desenvolvimento em equilíbrio” proporcionando uma compreensão mais próxima da realidade das economias modernas, à medida que não só reconhece que há um raio de ação para o desenvolvimento considerando a existência de “polos de desenvolvimento”, como também há uma diminuição da intensidade deste para as demais partes do mesmo “espaço”. Desse modo, não há homogeneidade no desenvolvimento e daí o desequilíbrio.

Portanto, se não há homogeneidade no crescimento, há “espaços” dentro do “espaço” com pouco ou nenhum reflexo do crescimento, requerendo alternativas para criar ou intensificar (caso esteja contemplado com o desenvolvimento) um determinado nível de crescimento que não se distancia por demais do “centro” que se desenvolve. Garantindo assim que toda economia participe do processo de crescimento e retroalmente este, à medida que em graus diferentes todos participem e colaborem com a manutenção e o crescimento dos fluxos que fazem girar a economia como todo.

Perroux (1961), em sua teoria, conclui também que há uma concentração e uma centralização do desenvolvimento quer no aspecto econômico, quer no espacial, o que faz com que o crescimento não seja perceptível de forma igualitária, provocando alterações estruturais desiguais sobre a economia em questão e um conseqüente desequilíbrio que tende a se agravar, se não corrigido.

Para Perroux (1961), o crescimento se inicia e se propaga a partir de certos pontos dotados de intensidade variáveis de irradiação, difunde-se por canais diversos e produz efeitos finais distintos para a economia em seu conjunto.

Nesta perspectiva, geram-se subespaços com níveis de desenvolvimento diferenciados, criando ou aprofundando uma desigualdade porque “o crescimento consiste num processo essencialmente ‘polarizado’, na medida em que as forças [...] se reúnem [...]” em torno de sucessivos centros de inovação, como lembra Spinola (2003, p. 38-39).

O que Perroux (1961) alerta é que há uma concentração e uma centralização não só econômica, mas espacial do crescimento e, conseqüentemente, áreas com baixa ou nenhuma intensidade de impulso para o crescimento, reforçando que o crescimento ocorre em desequilíbrio e este se manifesta por meio de uma lógica de distribuição no espaço, que determina certa funcionalidade resultante da criação e sustentação dos polos de crescimento.

Perroux (1961) constata que há indústrias que trabalham como centros de inovação; industriais com alta capacidade de criação que funcionam articulados com outros que também – em algum dos momentos do processo entre criação

até a disposição do bem final – participam da cadeia com um grau de importância menor, mas essencial para a engrenagem.

A “indústria motriz” dá o *start* e as demais, impulsionadas por esta, respondem com outras ações sucessivamente, firmando o elo e o alimentando de tal forma que alcance uma funcionalidade que dê impulso ao crescimento e ao desenvolvimento em parte do espaço econômico que se encontra.

A criação, porém, de uma ou várias indústrias motrizes produz modificações na estrutura e no crescimento econômico de um espaço e a inovação, seja esta do ponto de vista tecnológico e/ou econômico, introduz novas variáveis no contexto local, fazendo desse ponto do espaço o centro de uma irradiação de crescimento econômico, que ecoa para os demais espaços em seu entorno com graus diferentes e menores até cessar, à medida que se afasta da origem.

Segundo Spínola (2003), Perroux elabora a sua teoria de crescimento “[...] baseando-se na ideia de interdependência industrial e no efeito de ‘dominação’ exercida pela grande empresa [...] ‘schumpeteriana’, que inova e gera ação que por sua vez gera muitas outras ações, tudo com uma dinâmica própria e pulsante, que demanda ação de continuidade a partir das inovações e da transmissão destas pelas demais indústrias componentes do polo.

Portanto, o surgimento dos polos é determinante de crescimento e da desigualdade, e sua reafirmação aprofunda as disparidades entre espaços do mesmo espaço, porque o polo requer concentração espacial que não contempla todo espaço, o que faz com que o surgimento de polo requeira interferência do estado, principal indutor/regulador do crescimento em economia subdesenvolvida.

Perroux (1961) não só desnuda como ocorre o crescimento nas economias modernas e o desequilíbrio que este gera, mas também sugere alternativas para correção parcial deste, mas que também apresenta limite, dadas as circunstâncias díspares.

O autor considera que o processo em torno do polo é dinâmico e os centros de inovações mudam ou podem mudar ao longo do tempo. A indústria motriz que está no centro em um determinado momento deve vir a configurar, em outro momento, como uma indústria periférica para outra indústria motriz que, por força de sua capacidade e inovação, assume o papel central na criação de força e na irradiação desta para as demais indústrias.

Por esta via, ao passo que o centro se desloca dentro do espaço e modifica sua área de influência, se faz possível a correção parcial ou total da desigualdade, a depender do papel que cada área assume no processo, ocasionada quando esta última não se encontrava no centro ou próximo demais deste. Mecanismo este que se propõe corrigir ou amenizar a realidade negativa resultante de um desenvolvimento com desequilíbrio, mas que também tem limites enquanto alternativa – porque a instalação de indústria, mais ainda de “polo”, requer condições não encontradas em todo espaço – tais como: alta produtividade; capital tecnológico e bons fatores locais que facilitem escoar ou receber mercadorias, entre outros aspectos.

Mesmo porque a viabilização de alternativas – que modifiquem a realidade de áreas subdesenvolvidas – não pode ignorar a dinâmica própria que assume em seus díspares espaços econômicos, que se manifestam ou são inerentes ao próprio processo de subdesenvolvimento.

Porque, descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão, como enfatiza Santos (2004).

Por sua vez, as forças de modernização [...] são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos [...], mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis [...], disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos, completa Santos (2004).

Myrdal (1968, p. 33), por sua vez, lembra que o processo acumulativo de capital, quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes. Desigualdade que se reproduz dentro do espaço com efeito de uma “constelação circular de forças”, que tende a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter

um país pobre em estado de pobreza.

Sob a “teoria do círculo vicioso da pobreza”, Myrdal (1968, p. 32) descreve o processo por meio de um exemplo “típico”, e diz:

[...] um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer [...].

Nesta perspectiva, a teoria do desenvolvimento endógeno apresenta-se como uma das ferramentas – somadas a outras que respeitem as diversidades e realidade local – que possa, em “espaços econômicos” com dificuldade de tornar-se ou participar dos chamados “polos de desenvolvimento”, gerar “externalidades” que impulsionem desenvolvimento econômico endógeno.

## 3.2 – Teoria do Desenvolvimento Endógeno

A teoria do desenvolvimento endógeno serve à Teoria do Desenvolvimento Regional como uma de suas sustentações, ora explicando ou descrevendo um processo de desenvolvimento, ora dando suporte para estruturação de outras teorias, de forma complementar.

O desenvolvimento nessa teoria ganha feição de algo sequenciado e “natural” por conta do envolvimento requerido de todas as partes que compõem o território onde ocorre o crescimento.

A ótica do processo endógeno toma como base a análise da forma que se estrutura e desenvolve a organização da produção, entendendo sua formação e condições que determinam a articulação que passa a ocorrer no espaço sob a forma de *cluster*<sup>18</sup> ou distritos<sup>19</sup> industriais que substituem a grande empresa fordista como modelo de organização da produção.

---

18 Termo em inglês que significa “blocos” ou “agrupamentos”. (SANDRONI, 1994).

19 Área industrial planejada, estritamente vinculada a um núcleo urbano e dotado de infraestrutura física e serviços de apoio necessários à indução de um processo de desenvolvimento industrial, segundo a Associação Nacional de Entidades de Desenvolvimento Industrial. (SPINOLA, 2003).

Como o desenvolvimento pós-guerra centra-se na indústria como mola propulsora do crescimento, as discussões em Teoria Regional têm na teoria do crescimento endógeno uma possibilidade de rompimento parcial com a tendência predominante à medida que considera na discussão empresas de menor porte por via dos *clusters* ou distritos industriais, que juntas, articulam-se e formam força que impulsiona o desenvolvimento.

Ao apresentar o desenvolvimento com esta composição que considera a empresa de pequeno e médio porte, o desenvolvimento ganha outra feição e possibilidades que descentraliza o crescimento e possibilita pensar no avanço também de territórios de médio e pequeno porte com condições não apropriadas para a grande empresa ou mesmo para a estruturação de polos.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento endógeno parte da lógica da exploração da realidade local e das possibilidades que esta sugere como vantagens frente a outros territórios, potencializando estas e avançando com crescimento.

Dessa maneira, o desenvolvimento endógeno se caracteriza por ser o processo de crescimento do produto e mudança estrutural que se produz como consequência das transferências de recursos de atividades tradicionais para as modernas; da utilização de economias externas e da introdução de inovações, conforme Spinola (2003).

A definição acima apresentada nos coloca de frente à alternativa de mudança de territórios que não reúnem condições de serem palcos de indústria ou polos, porque estes “espaços econômicos” – com dificuldades de crescerem economicamente via os chamados “polos de desenvolvimento” – podem encontrar o desenvolvimento através da identificação de potencialidades destes territórios, da transformação destas em uma estrutura produtiva com várias interligações internas em forma de cadeia, e destas com indústrias ou mercados externos como meio de exportar produtos de valores agregados maiores.

Desse modo, áreas não beneficiadas pelo processo de industrialização, dadas as dificuldades implícitas às mesmas e as exigências do grande capital, passam a encontrar meios de aumentarem o produto com o desenvolvimento

forte da comunidade, já que a proposta prevê a participação de muitos no processo e os obriga a democratizar as oportunidades.

Segundo Spinola (2003), a forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento “[...] e determinam o rumo específico do desenvolvimento das cidades e das regiões”.

Myrdal (1968) defende que ações como essas venham a ser integradas nacionalmente, via política públicas, fortalecendo-as como redes ou sistemas que se alimentem solidariamente e distanciem as cidades do atraso progressivamente à medida que a integração se fortaleça para todos os envolvidos.

O processo de desenvolvimento, portanto, reside no uso de “externalidades” (oportunidades) que potencializam o surgimento de atividades produtivas jamais existentes, que ganham escala de produção com um conseqüente rendimento crescente, favorecendo o bem-estar da comunidade. Isso sendo realizado não por uma ou duas empresas de grande porte, mas por um conjunto bem maior de agentes de pequeno e médio porte, unidos e interagindo, deslocando o foco da importância da grande empresa – vista na teoria dos polos de crescimento, por exemplo – para um sistema de empresas com fortes inter-relações.

Assim sendo, municípios distantes dos polos (se conseguirem articular as microempresas formais e informais com um conjunto de outras ações desenvolvimentistas como a atuação de instituições de microcrédito) podem em menor grau definir seu próprio processo de desenvolvimento, beneficiando sua sociedade.

Nestas pequenas cidades, o microcrédito entraria como alternativa aos bancos tradicionais presentes apenas nas médias e grandes cidades, em função da racionalidade do crescimento que levam a maior parte de todos os recursos para as áreas propensas ao desenvolvimento, como ressalta Myrdal (1968).

### 3.3 – Intermediação Financeira

Intermediar é colocar-se entre dois ou mais indivíduos ou agentes, servindo de ponte. Intermediar recursos financeiros é possibilitar a alocação de dinheiro de um “lado” para “outro”, unindo agentes superavitários e deficitários, fazendo-os ter contato, colocando “frente a frente” aqueles que podem ofertar recursos e querem ser remunerados por isso, e aqueles que precisam do dinheiro para efetuar pagamentos de débitos, financiarem seus estudos, pôr em prática a estruturação de um empreendimento, ou mesmo aplicar em projetos existentes.

Tratar de intermediação financeira é, antes de qualquer coisa, pensar em sociedades que superaram o primitivo estágio do escambo, que constituíram fortes bases institucionais que colaboram na estruturação e manutenção de um ambiente propício à existência de um sistema financeiro forte e democrático, com agentes dispostos e em condições de participarem, colaborando com o amadurecimento do mesmo.

Nesse sentido, nas sociedades contemporâneas a evolução do sistema financeiro (em economias cada vez mais monetizadas) passou a representar um dos indicadores de maturidade e evolução das economias nacionais, bem como uma das pré-condições para o desenvolvimento econômico e social.

Lopes e Rosseti (2005, p.413) resumem as informações acima ao afirmar que:

[...] a intermediação financeira associa-se ao próprio processo de desenvolvimento econômico [...] pelos efeitos que exerce na economia real ampliando a demanda agregada e de instrumentos dos agentes bem como também ampliando a eficiência alocativa da economia agregativamente.

Os autores reforçam a ideia de que a intermediação financeira configura-se como instrumento que pode elevar os níveis de formação de capital, viabilizando novos projetos ou ampliando outros, ou mesmo democratizando oportunidades para empreendedores de pequeno porte com restrições orçamentárias dentro e fora da “economia informal”.

Estas lógica e condição denunciam que países com um forte, desenvolvido e democrático sistema financeiro estão pretensos ao desenvolvimento, enquanto os demais encontram dificuldades, precisando vencer esta e outras etapas.

Por essas e outras informações, a intermediação financeira encontra nas ciências econômicas palco de enorme discussão, sendo maior ainda o debate quando relacionado ou associado à discussão sobre desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, tratar da relação entre intermediação financeira e desenvolvimento é, inicialmente, tentar entender a relação existente entre os universos monetários e reais na economia. É tentar entender como ocorre a relação entre as duas áreas, a influência que cada uma exerce sobre a outra, bem como o grau de importância de um setor para o outro, considerando toda economia e as consequências nos níveis de crescimento econômico e benefícios sociais.

Para tanto, em se tratando de análises em ciências econômicas precisamos nos munir de instrumentos e ferramentas teóricas, em meio às várias correntes de pensamento. Nesta parte do trabalho, especificamente, nos deteremos sobre as contribuições, os pressupostos e a metodologia de Keynes (1996), por meio das leituras e entendimento feitos pelos pós-keynesianos<sup>20</sup>, para entendermos a associação entre intermediação financeira e desenvolvimento econômico e social.

Inicialmente, nos deteremos sumariamente ao ambiente e às circunstâncias econômicas e sociais da década de 1930 nos EUA, que precedem ao lançamento da obra Teoria geral do emprego, do juro e da moeda (1936), e lhe confere elementos reais para crítica e estruturação de sua análise. O que dará um ambiente propício à investigação: a análise da associação entre o sistema financeiro e o crescimento tomando-se por base a obra de Keynes (1996).

---

20 A visão “pós-keynesiana” é, segundo Studart (1993), a interpretação que se apoia nas ideias originais de Keynes, entre as correntes que se propuseram ler, interpretar as obras de Keynes.

### 3.3.1 – Pressupostos Keynesianos

Keynes calçou seu principal trabalho sobre elementos que articulados formam seu arcabouço teórico, o qual estabeleceu outra linha divisória dentro da história do pensamento econômico quando, em 1936, lançou A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.

Amadeo (1992, p. 138) resume sob quais circunstâncias a obra de Keynes é concebida, quando diz que:

O livro (“Teoria geral”<sup>21</sup>) é visto como resultado de uma época marcada pela crise de abrangência generalizada experimentada pelas principais economias capitalistas do mundo na década de trinta. Neste contexto, Keynes teria formulado uma abordagem propícia aos problemas específicos da época [...]

Amadeo (1992) afirma que havia naquela oportunidade – fins da década de 1920 e início da década de 1930 – enorme demanda para entender, diagnosticar e superar a crise do sistema de produção capitalista, denominada de “a grande crise de 29”. Circunstâncias estas que colaboraram com a estruturação e o sucesso da obra de Keynes, à medida que apresentava as alternativas corretas para o momento e colaborava com a continuidade e o fortalecimento do “capitalismo”.

Vale ressaltar que da apresentação das ideias em 1936, até ser aceita a proposta de Keynes por Roosevelt, em 1938, presidente dos EUA, em um enorme debate foi travado (AMADEO, 1992).

Para melhor entendermos ou mesmo recobramos o que aconteceu naquele período, veja as contribuições de Lopes e Vasconcellos (2000, p. 16):

A partir dos anos 30, passa a surgir grande insatisfação com os resultados que a macroeconomia oferecia [...] e Keynes mostrava que a economia por si só [...] não tinha capacidade de promover automaticamente o pleno emprego. Assim, abria-se a oportunidade para a ação governamental por meio de seus instrumentos para direcionar a economia rumo à utilização total dos recursos.

---

21 Quando citar a expressão “Teoria Geral”, estaremos nos referindo ao livro A teoria geral do emprego, do juro e da moeda, lançado em 1936, na Inglaterra, por John Maynard Keynes, ou sumariamente, Keynes.

Os autores sumariamente levantam a ideia de que o receituário liberal de autorregulação do sistema capitalista – que funcionava desde a “Revolução Industrial”, consubstanciada em grande parte por Adam Smith, 1776, encontrara nesta crise dificuldades de resolvê-la.

Lopes e Vasconcellos (2000, p. 16) resumem as circunstâncias vividas naquele momento e levantam ao principal contraponto entre os liberais e Keynes:

[...] a ação do governo deveria restringir-se à produção dos chamados bens públicos (como por exemplo, segurança, educação etc.), a partir de Keynes o governo tinha não apenas a oportunidade, mas também a necessidade de orientar sua política econômica para promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia.

Por outro lado, Keynes (1996) – que tinha uma leitura do problema totalmente diferente dos neoclássicos – propunha a quebra de paradigma do “estado liberal”, ampliando a atuação do estado na economia com o objetivo de minimizar os efeitos negativos sobre a renda e o emprego, além de tentar dar nova guinada na produção nacional.

Keynes (1939) não via possibilidades de o sistema em crise erguer saídas porque todos os atores envolvidos não esboçavam força para uma recuperação rápida ou mesmo no médio prazo.

### Enquanto a linha de pensamento neoclássica

[...] acreditava que as economias de mercado tinham capacidade de, sem interferência do governo, utilizar de maneira eficiente todos os recursos disponíveis, de forma a sempre alcançar o chamado nível de pleno emprego [...], ou seja, poder autorregulador do mercado. (LOPES; VASCONCELLOS, 2000, p. 16).

Por sua vez, Keynes “[...] procurava mostrar que o problema básico dos sistemas capitalistas é a não coordenação das atividades, gerando ineficiências de todas as ordens”, segundo Lopes e Vasconcelos (2000, p. 16).

Em resumo, o debate em torno de como conduzir a economia surge em função do entendimento das partes que divergiam, e geravam políticas econômicas diferentes.

Porém Keynes:

[...] ao demonstrar que a posição de equilíbrio do sistema capitalista não é necessariamente o pleno emprego, defende a intervenção do Estado na economia para elevar o nível de atividade através do estímulo aos investimentos privados. (CAVALCANTE, 2006).

Para Keynes, a falência da proposta neoclássica era notória, e a crise – sua persistência e o aumento do grau de dificuldades – o respaldava na apresentação do estado como o agente responsável por revitalizar e reconduzir a economia ao “novo equilíbrio”, e assim: “[...] a partir de Keynes o governo tinha não apenas a oportunidade, mas também a necessidade de orientar sua política econômica para promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia, como ressalta.” (CAVALCANTE, 2006).

Dessa maneira, Keynes (1996) inaugura uma nova forma de compreender as ciências econômicas ao quebrar com a lógica liberal neoclássica, como referenciaram Amadeo (1992) e Lopes e Vasconcellos (2000) e Cavalcante (2006).

Com o estado participando na economia e a orientando para determinadas direções favoráveis ao desenvolvimento, abrem-se as possibilidades de mudança do *status quo*: países ricos mais ricos, enquanto países pobres mais pobres, favorecendo enormemente, por consequência, as nações subdesenvolvidas e as nações pobres.

Todas essas mudanças na leitura, na forma de diagnosticar e de apresentar saídas alternativas aos problemas que surgem nas ciências econômicas pós-Keynes sugerem uma análise alternativa sobre o papel do sistema financeiro no desenvolvimento econômico.

### **3.3.1.1 – Papel da intermediação financeira no desenvolvimento: perspectiva keynesiana**

Keynes construiu sua análise através de um método que primeiro levantava os pressupostos neoclássicos que indicavam como estes pensavam o

sistema econômico, depois eram identificadas as incongruências nesses, em seguida eram feitas as críticas, e por fim, apresentava umas propostas dentro de sua linha lógica, a qual se contrapunha à “liberal”. Método que será usado na busca por entender qual papel Keynes reservava ao sistema financeiro na busca por crescimento econômico.

Desse modo, é notório saber de imediato como os liberais se relacionam com o sistema financeiro para, em seguida, buscar em Keynes as críticas e as contribuições, juntamente com as demais ferramentas teóricas, que colaborem com a análise: o microcrédito na Bahia vem cumprindo seu papel de promoção – junto com outras ferramentas – da inclusão socioeconômica via o apoio creditício aos microempreendedores informais localizados nos municípios mais pobres do estado?

Nessa linha, segundo Studart (1993, p. 101), ao se referir ao mercado financeiro, os neoclássicos tendiam:

[...] a privilegiar o estabelecimento de um mercado financeiro competitivo, com taxas de juros reais positivas e únicas, como forma de estimular a poupança, a intermediação financeira e o investimento. E tratar [...] o mercado financeiro como locus da intermediação de capital entre poupadores e investidores.

Na síntese apresentada por Studart (1993) fica explícito o entendimento geral dos neoclássicos sobre o mercado financeiro: *locus* da intermediação, tendo como elementos importantes e como ponto de interseção entre ambos a taxa de juros, elemento-chave.

Ficam também implícitas as ideias do estado liberal, que permeiam todo pensamento neoclássico, que serão contrapostas por Keynes em sua leitura sobre a crise e o funcionamento da economia dita “moderna” da década de 1930.

Dada a importância conferida, pelos liberais, à taxa de juros, Keynes a elege como ponto de partida para entender a lógica do mercado financeiro neoclássico.

Keynes (1996, p. 173) faz uma investigação bibliográfica extensa a respeito do assunto e sumariamente afirma que:

Em termos gerais, verificamos que elas (as respostas colhidas na sua revisão bibliográfica) condicionaram a taxa de juros à interação entre a curva da eficiência marginal do capital (investimento) e a propensão a poupar (poupança). [...]

Completando o raciocínio, Keynes (1996) diz que essa teoria vem abaixo tão logo se percebe ser impossível deduzir a taxa de juros a partir do conhecimento destes dois fatores (investimento e poupança).

Keynes (1996), ao devassar a teoria da taxa de juro dos neoclássicos, indica razão para que tenha difícil sustentação da mesma, porque a investigação realizada pelo autor inglês sobre as origens e os caminhos naturais do investimento e da poupança em economias modernas indicava direções conflitantes com as conclusões “ortodoxas”<sup>22</sup>.

Partir da taxa de juros é o caminho que colabora para Keynes apresentar uma linha lógica de raciocínio conectada com uma economia “moderna”, cercada de elementos monetários e fadada à influência dessa área na parte “real” da economia.

Para os pós-keynesianos – segundo Studart (1993, p. 102):

[...] o papel do sistema financeiro é mais complexo e essencial que o simples intermediador entre investidores e poupadores [...] em especial [...] em situação de crescimento, a participação ativa do sistema bancário é essencial na determinação do volume de financiamento do investimento.

Cavalcante (2006, p. 47) reforça esse argumento ao afirmar que:

O conceito de preferência pela liquidez dando a formação da taxa de juros um tratamento distinto daquele que simplesmente a vê como ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda de recursos e ao apoiar sua análise na ausência de coordenação entre poupadores e investidores, Keynes (1930-1936) fornece as bases para uma

---

22 Leia-se: clássicos e/ou neoclássicos.

produção teórica extensa sobre o papel da intermediação financeira no desenvolvimento econômico [...]

Keynes (1996), de forma resumida, conclui que a taxa de juros é sim resultante da demanda e da oferta por moeda, um elemento monetário influenciado também pela economia real.

Keynes (1996, p. 175) resume essa ideia dizendo que a taxa de juros é o “preço” mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida (preferência pela liquidez) se concilia com a quantidade de moeda [...].

O conceito de preferência pela liquidez, inserido por Keynes (1996), se estrutura a partir da ideia que a moeda é um ativo como outro qualquer, tendo como elemento importante a maior liquidez entre todos. A moeda, é na obra de Keynes (1996), um elemento diferencial, que permite a este construir uma complexa e vasta teoria monetária, permitindo uma leitura completa da economia.

Assim, em Keynes (1996), o crédito – extensão da moeda – tem enorme importância como mecanismo propulsor de atividade econômica e do seu consequente desenvolvimento.

O crédito, na perspectiva de Keynes (1996), é o canal através do qual se processam as flutuações dos agregados macroeconômicos, fazendo transitar riqueza entre o presente e o futuro. Sendo assim, a ausência de alternativa de crédito em volume e condições adequadas para o grande ou o pequeno empreendedor formal ou informal limita a capacidade de expansão da economia como um todo.

Assim, resumidamente, Keynes (1996) contribui com nossa análise ao apresentar uma lógica de funcionamento da economia que permite flexibilizar as condições de condução, o que fez desenvolvendo novos conceitos e ferramentas, pois juntos nos facultam uma alternativa de leitura da economia e consequentes respostas diferentes para os problemas de cada nação, por exemplo, a dificuldade de crescimento de milhares de municípios baianos distantes dos “polos de desenvolvimento”. O que é compreendido pelo autor, quando diz que:

Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos (o autor se referia à década de 30) são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e da renda. (KEYNES, 1996, p. 341).

Mas as contribuições de Keynes (1996), afinadas com a percepção registrada acima, são amplas e diversas. Ao inserir o estado de forma decisiva na economia, quebra com a lógica do “estado liberal” possibilitando a quebra do *status quo* (rico cada vez mais rico, pobres mais pobres) implícito nos diagnósticos feitos pelos neoclássicos sobre a economia, bem como seus receituários para resolver os problemas.

A presença ativa do estado também altera a condução e a distribuição da riqueza nas nações em desenvolvimento, como a interferência no sistema financeiro junto com outras ferramentas pode levar às economias com pouco potencial ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social possibilidades de avanço e resolução mesmo que parcial dos seus problemas.

No que tange às questões financeiras, Keynes (1996), ao considerar que o investimento não é precedido de poupança, ao desvendar o processo de formação da taxa de juros e ao conceder uma teoria densa monetária, abre possibilidades para que cidades pequenas, como muitas do Estado da Bahia, possam, através da interferência do estado, ser capazes de almejar melhores condições de vida para a maior parte do povo que forma sua sociedade.



## 4 – PRESSUPOSTOS DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O objetivo desta parte do trabalho é, de forma sucinta, descrever o processo de “desenvolvimento” econômico e social do Estado da Bahia a partir de 1970 (fase mais organizada da industrialização) que reforçará na composição e na distribuição da riqueza e da pobreza no estado.

Considerando estas informações, será descrito e analisado – à luz da literatura corrente – o processo histórico do desenvolvimento “recente” do estado, que influenciou nos resultados do crescimento expostos nas desigualdades regionais, permitindo, assim, formar um “desenho espacial” que identifique as regiões mais beneficiadas pelo crescimento e as regiões que, ainda, demandam por ações em prol de um desenvolvimento endógeno, onde caberiam por ordem de prioridade as ações das instituições de microcrédito juntamente com outras políticas compensatórias.

Entende-se que enquanto estado subnacional, faz-se necessário entender sumariamente a evolução econômica-social-política do país, a qual contribui de forma decisiva para entender como e por que da “arrumação” socioeconômica de suas regiões, que configurará na distribuição desigual do poder político e econômico entre as mesmas, o que será desenvolvido no subitem Brasil: Institucionalização da desigualdade.

No subitem Desenvolvimento econômico da Bahia, o trabalho se volta para descrever analiticamente o que motivou a evolução econômica e social deste estado a partir das décadas de 1960 e 1970, quando tardiamente (20 anos após a implantação das unidades fabris no Sudeste) inicia sua industrialização, de forma mais consistente e organizada, com a criação do Centro Industrial de Simões Filho e do Polo Petroquímico de Camaçari.

Descrição que dará oportunidade de entender por que o desenvolvimento ocorre em um pequeno *locus* do enorme espaço baiano, beneficiando “poucos”

e condenando os demais a viverem distante dos frutos do desenvolvimento econômico e social, o que será importante no desenho ainda que teórico de uma rota do desenvolvimento na Bahia e, por exclusão, dos campos carentes de ações em prol do desenvolvimento, como a implantação de instituições de microcrédito nos municípios mais carentes prioritariamente.

## **4.1 – Brasil: Institucionalização da Desigualdade**

O processo de estruturação, manutenção e perpetuação do sistema capitalista nos países “subdesenvolvidos” obrigou e obriga estes a adaptações à funcionalidade deste modo de produção no sentido de garantir as perspectivas de acumulação que alimenta esse sistema, que se desdobra como resultado na organização da economia, da sociedade e do espaço, como ressalta Santos (2004, p. 19).

Lógica esta que exacerba as distorções do processo de formação econômica e social em maior ou menor grau desses países, ao ser uma continuidade de uma colonização extremamente exploradora que deteriorou os interesses “nacionais” e estruturou modelos liberais incompatíveis com os interesses do seu povo.

Reforçando este argumento e já nos localizando cronologicamente, Pedrão (1996, p. 96) ressalta que a unificação do mercado mundial ao longo dos séculos XVI, XVIII e XIX, reserva separações decisivas entre a formação de “capital” das metrópoles (colonizador) e das colônias (colonizados), ficando estas últimas restritas à posição de produtores de matérias-primas, reafirmando assim os laços de exploração e “dependência”.

No caso específico da América Latina, o modelo primário exportador vigente até 1930, baseado na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, aprofundou ainda mais as diferenças dos países que o compõem, quando comparado com os países desenvolvidos. (SOUZA, 2009).

Diferenças aprofundadas porque as nações latinas exportavam produtos primários (matéria-prima) de baixo valor agregado (preços relativamente mais

baixos) e importavam das metrópoles por sua vez, produtos elaborados (preços relativamente mais altos) com maior valor embutido, fazendo com que o excedente dos países subdesenvolvidos fluísse para os desenvolvidos.

Ratificando essa argumentação, Cano (1998, p. 231) diz que:

[...] durante o período primário-exportador, essas disparidades – da renda nas regiões mais ricas das mais pobres – já eram observadas entre o compartimento produtor de exportações (a faixa litorânea açucareira do Nordeste brasileiro no século XVIII, ou o café no Sudeste, durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX) e os setores de subsistência.

Quadro que denuncia mudanças e transformações que o sistema capitalista de produção vem sofrendo ao longo do tempo aumenta os níveis de exploração nas nações “subdesenvolvidas” e com isso as desigualdades dentro desses, marcadamente registradas em seu “espaço”.

Desigualdade “institucionalizada” pelos “exploradores” enquanto colônias que agora se mostram no campo ou nas cidades – por meio de vários indicadores, tais como o crescente aumento do grau de informalidade da economia e do aumento do número de indivíduos que buscam em uma “atividade empreendedora”<sup>23</sup> o meio de gerar renda e ocupação para suas famílias (IBGE, 2008).

Diante dessa realidade, a industrialização – (SOUZA, 2009) – tornar-se-ia a alternativa para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos dessa região. Caberia ao estado na perspectiva “keynesiana”<sup>24</sup> – pós-crise de 29 e pós-segunda guerra mundial – o papel de captar recursos e financiar a infraestrutura e as condições propícias ao desenvolvimento da indústria nessas nações, o que foi feito sem a definição de um plano nacional.

As mudanças desejadas na busca pelo desenvolvimento nacional encontram nos resquícios da estrutura anterior, resistência e dificuldades na sua

---

23 Leia-se: microempreendimento erguido e sustentado de forma precária e não legalizada junto aos órgãos competentes.

24 A expressão keynesiana é usada neste parágrafo concatenada com as ideias relacionadas aos pós-keynesianos que cultivam o pensamento originado nas obras de Keynes.

implementação, como observa Cano (1998). Independente dessas dificuldades encontradas, o sistema de produção capitalista avança na busca incansável pela acumulação de capital e, dessa maneira, aflora ainda mais as diferenças dentro das nações e até mesmo dentro das sub-regiões, como é o caso da Bahia.

Erguido sobre a estrutura deformada e desequilibrada típica dos países subdesenvolvidos, o processo de industrialização reforça essa lógica que vem formando economicamente as nações latinas e redesenha espacialmente as desigualdades regionais à medida que aumenta a concentração econômica e política, no caso do Brasil nas regiões Sul e Sudeste.

Segundo Cano (1998, p. 231):

A economia passa, então, a apresentar maior heterogeneidade histórica com setores ou compartimentos em que o progresso técnico penetra “continuamente” e outras regiões em que a evolução técnica estagnou ou ficou muito defasada.

Neste contexto, realidade e tempo (re-industrialização organizada) que será descrito o processo de desenvolvimento econômico do Estado da Bahia, que culmina em uma enorme concentração espacial da riqueza e uma consequente desigualdade em quase todo seu território, denunciada pelos indicadores socioeconômicos, e pelas enormes diferenças na produção e distribuição de riqueza entre seus municípios.

## **4.2 – Desenvolvimento Econômico da Bahia**

Para alcançar o objetivo desta parte do trabalho: descrever o processo de “desenvolvimento” econômico e social do Estado da Bahia – a partir de 1970 (processo mais organizado da industrialização no estado) – que colabora na composição da distribuição da riqueza e da pobreza no estado, não pode perder de vista alguns “limites” desta análise.

Nessa perspectiva, a análise proposta deve respeitar duas condicionantes, as quais estabelecem limites que corroboram na explicação de parte da dinâmica da evolução da economia baiana, que são para Pessoti (2006, p. 7):

A situação político-administrativa do Estado da Bahia, a saber, um estado subnacional, e [...] A divisão regional do trabalho no Brasil e a forma de participação da economia do Estado da Bahia neste processo, ou seja, a forma como os fluxos econômicos, que atuam nos seus limites geográficos, se articulam com o centro dinâmico do capitalismo brasileiro e com outros, no plano internacional.

Pessoti (2006) chama a atenção para dois elementos norteadores, um que antecipa os limites legais e as consequências destes para um estado subnacional, de estar “submisso” a decisões e políticas nacionais, tais como as políticas macroeconômicas (fiscal, tributária, industrial, etc.), e – na geografia econômica nacional e internacional – como é inserido o estado baiano, como o mesmo se posiciona, o que esclarece o grau de liberdade e importância da economia e, com isso, maior autonomia e influência nas questões nacionais e regionais.

Nesta parte do trabalho, estas duas referências permitirão “dialogar” com os fatos históricos e tentar entender como os mesmos formaram ou reafirmaram os caminhos que levaram a construção da Bahia enquanto estado, e, como estado, porque só conseguiu “desenvolver” com suas singularidades a partir da década de 1970, pequena parte do seu território.

Nos itens que seguem, se analisa à luz da literatura corrente e das informações disponibilizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a evolução do desenvolvimento econômico do estado, os fatos que o nortearam, as dificuldades impostas e as consequências para todos os municípios baianos e sua sociedade.

Oportunidade que se chega à rota do desenvolvimento no estado e há uma noção espacial de como foram distribuídos os benefícios do crescimento econômico, e quais as consequências dessa distribuição para toda sociedade baiana, em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e as demandas que surgem dessa realidade.

## **4.2.1 – Desenvolvimento na Bahia: resultados**

A proposta de industrialização chega para os países subdesenvolvidos, que até 1930 tinham sua economia voltada para a exportação de produtos

agrários, como mecanismo de promoção do desenvolvimento econômico e social de forma a corrigir as distorções construídas com o modelo anterior.

A industrialização tinha como propósito gerar produtos de maior valor agregado, melhorando as relações de troca e por consequência aumentando a acumulação de capital dos países. No caso das economias subdesenvolvidas, tinha também como propósito substituir artigos antes importados, que levavam as poucas divisas – geradas na relação de troca de menor valor.

Enfim, a industrialização para as economias latinas, (SOUZA, 2005) propunha uma aceleração do crescimento e a diminuição da desigualdade entre suas regiões, bem como da pobreza de grande parte de suas sociedades, o que seria possível com a determinação de políticas que democratizassem os resultados, ou seja, política de distribuição dos resultados entre as várias classes de forma a alterar substancialmente o quadro de desigualdade e promover o desenvolvimento para todos.

Antes de tudo, restava passar de um modo de produção (agrário) para outro (industrial); questão delicada devido à estrutura erguida que arraigava elementos de uma colonização exploradora e uma república liberal agrária.

Na Bahia, especificamente, as diferenças que a colocavam em posição não muito privilegiada, ainda enquanto parte de uma nação agrária exportadora, colaboram por dificultar a passagem para uma economia com indústrias puxando-a para o crescimento, como alerta Cano (1998).

Os impedimentos do “progresso” provinham de varias questões, as quais serão apontadas ao longo do texto. Mas é certo que a circularidade viciada da pobreza da maior parte da sociedade evocada por Myrdal (1968) fazia-se presente e tinha seu papel nesse processo, mesmo porque vem contextualizando com as ações em prol da acumulação.

Como retrato desse processo, o Produto Interno Bruto (PIB) baiano – de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) – nos anos 1960 era composto da seguinte forma: 40% de sua economia no

setor primário, 12% no setor secundário e 48% no setor terciário, enquanto as economias dos estados do Sul e do Sudeste haviam se industrializado e se transformaram no motor propulsor de desenvolvimento nacional.

A busca por tentar industrializar a economia baiana, apesar das dificuldades implícitas e explícitas, e pela resistência de uma economia agrária arraigada, nos anos 1960, encontra na criação do Centro Industrial de Aratu (CIA), localizado em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador (RMS), sua alternativa.

Essa tentativa de industrializar a Bahia (e outros estados nordestinos) termina por decretar que o desenvolvimento, via indústria, aconteceria se, e somente se, houvesse interferência do estado (exógeno).

Realidade que decreta que a economia baiana, apesar dos resultados positivos obtidos com o cacau e outras culturas, não havia formado capital e por consequências capitalistas que colaborassem com a estruturação de uma economia moderna e dinâmica a ponto de ter ritmo e condução própria, e contribuíssem com o desenvolvimento social via crescimento econômico que reestruturasse o lado social a ponto de diminuir a pobreza de grande parte de sua sociedade.

A indústria de peso, portanto encontra uma porta para ser erguida via descoberta do petróleo no recôncavo baiano em 1948. E com a decisão da Petrobras, nos anos 1950, de construir a Refinaria Landolfo Alves (RLAM) a economia baiana passa a enxergar possibilidades de mudanças na sua dinâmica, tentando passar do modelo agrário-exportador centrado na cacauicultura para a atividade industrial e pensar em crescimento econômico.

Mas, é na década de 1970, com a instalação da indústria petroquímica através da estruturação do Polo Petroquímico de Camaçari, também na RMS que o estado baiano vê a possibilidade de se configurar entre os maiores produtos internos brutos, à medida que passa a compor parte de um mercado em ascensão mundial: petróleo<sup>25</sup>.

---

25 Grande "Boom Americano" e do consumo no mundo aumenta assustadoramente a demanda por energia proveniente do petróleo.

A Bahia ainda que tardiamente começa a perder sua feição agroexportadora e é inserida na matriz industrial brasileira através da especialização “regional”<sup>26</sup>, suprimindo de produtos intermediários – na cadeia petroquímica – a indústria do Sul/Sudeste. (PESSOTI, 2006).

Espacialmente, o centro gerador de “riqueza” – que dá certa dinâmica à economia baiana e a insere na economia nacional e internacional – mesmo em desvantagem – se desloca espacialmente saindo do sul do estado: município de Ilhéus e circunvizinhos (área do cacau), para a RMS. Ao mesmo tempo em que o capital – que não era capaz de gerar riqueza para outros que não os cacauicultores – deixa de ser baiano, assim como seu controle e o destino de sua sociedade.

A partir da década de 1970, a economia da Bahia ganha outras feições, percebidas na Tabela 1 através das alterações percentuais da distribuição entre os setores primários, secundários e terciários.

**Tabela 1 – Composição Setorial do PIB**

Anos	Setores (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	10,7	41,1	48,2
2005	10,3	50,2	39,5

Fonte: SEI/ Coordenação de Contas Regionais, em 2005; Oliveira (2007) e BNB (2008).

<sup>26</sup> A decisão de especializar-se como indústria intermediária foi tomada considerando a defesa de Rômulo Almeida, em detrimento da proposta de Celso Furtado: indústria de bens finais. Rômulo acreditava que não havia condições internas para erguer indústrias de bens finais e a oportunidade era acompanhar o desenvolvimento que ora os estados do Sul e do Sudeste registravam. (PESSOTI, 2006).

A economia, evolutivamente, mesmo com muita resistência, vai perdendo seu laço agrário atrasado<sup>27</sup> e se fortalece em outros dois setores, dando a ideia de que a economia do estado caminharia para o crescimento econômico e para o tão demandado desenvolvimento social, que colaborasse com a diminuição da pobreza e o apaziguamento da enorme desigualdade dentro do estado.

A implantação da indústria da Bahia traz esperança para parte da sociedade, mas também traz à tona os seus desdobramentos negativos e a descoloração dos sonhos de muitos, que esperavam aqui o que acontecera na década de 1950 e nos anos seguintes nos estados do Sul e do Sudeste: promoção do crescimento econômico e desenvolvimento social de todo território.

A esperança em torno do “Polo de Camaçari” traz à tona também a leitura complementar da Teoria dos Polos de Perroux (1961): o crescimento ocorre necessariamente com desequilíbrio e faz parte de sua lógica.

Perroux (1961) reconhece que há um raio de ação para o desenvolvimento baseando-se na existência de “polos de desenvolvimento”, como também há uma diminuição da intensidade deste para as demais partes do mesmo “espaço”. Assim, não há homogeneidade no desenvolvimento e daí o desequilíbrio

Para o caso específico da Bahia, o “Polo de Camaçari” agrava ainda mais o desequilíbrio e a desigualdade, seja porque se centra na oferta de bens intermediários e não em toda cadeia, seja pela dependência das indústrias do Sul e do Sudeste, principal “cliente”, ou pelo reforço no processo de concentração espacial da riqueza e das oportunidades.

Portanto, se não há homogeneidade no crescimento há “espaços” dentro do “espaço” com pouco ou nenhum reflexo do crescimento, o que no caso da Bahia é mais agravante porque a indústria já chega sob uma estrutura enormemente desequilibrada, requerendo do poder público, ações redobradas de ajustes que diminuíssem o impacto negativo, que terminou por não acontecer.

---

27 O atraso se deve a incapacidade de a elite cacauzeira de se modernizar ou mesmo de se diversificar no sentido de gerar no campo uma alternativa de desenvolvimento que desencadeasse por toda economia do estado de forma positiva e corretiva, diminuindo a enorme desigualdade entre seu povo. (PESSOTI, 2006).

Se a pobreza é socialmente produzida, encontramos na história econômica da Bahia as referências para os quadros sociais perversos que se encontram ainda no século XXI, o que se verificará através dos dados nos momentos que seguem.

Através da Tabela 2 se observa como PIB da Bahia se distribuiu no intervalo de 2000-2004, e caracteriza o que se tratou até aqui.

**Tabela 2 – Distribuição do PIB pelas Sub-regiões  
Baianas (2000-2004)**

Regiões	Ano – %				
	2000	2001	2002	2003	2004
RMS	52,59	52,37	50,65	52,01	53,17
Litoral Norte	4,00	4,95	4,79	5,26	5,02
Recôncavo Sul	2,65	2,52	2,58	2,52	2,46
Litoral Sul	6,71	6,81	7,48	7,05	6,66
Extremo Sul	4,60	4,90	5,01	4,78	4,68
Nordeste	4,38	4,06	4,74	4,37	4,47
Paraguaçu	5,85	5,76	5,58	5,42	5,22
Sudoeste	4,84	4,84	4,62	4,28	4,24
Baixo Médio São Francisco	2,59	2,21	2,52	2,28	2,29
Piemonte da Diamantina	1,83	1,86	1,85	1,87	1,85
Irecê	1,27	1,10	1,16	1,04	1,01
Chapada Diamantina	1,57	1,59	1,63	1,49	1,45
Serra Geral	2,01	1,94	1,95	1,85	1,86
Médio S. Francisco	1,07	1,01	1,10	1,06	1,00
Oeste	4,04	4,09	4,33	4,71	4,62
Bahia	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

**Fonte:** Elaboração Própria a partir de Dados da SEI, em 2005; Oliveira (2007) e BNB (2008).

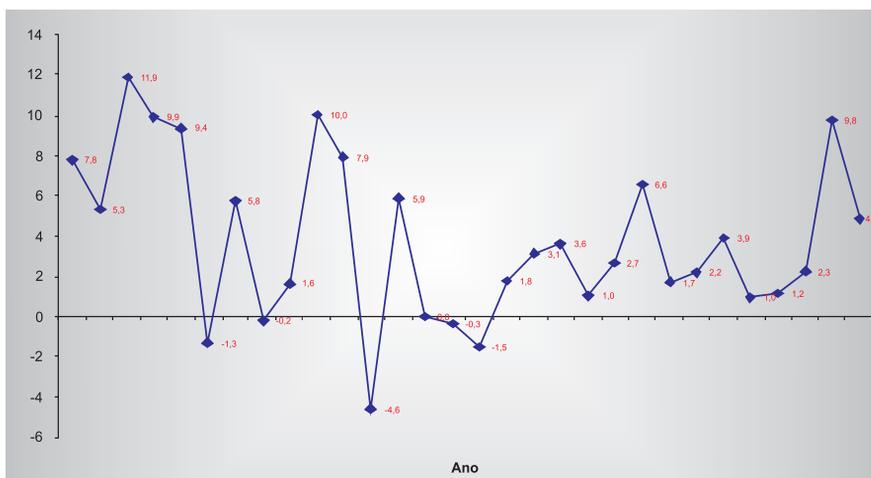
A Tabela 2 oferece uma clara ideia do processo de concentração espacial do desenvolvimento econômico no estado baiano e da urgente necessidade de desconcentração e de ações alternativas como, por exemplo, a implantação de instituições de microcrédito nos municípios mais pobres associada a outros ajustes que promova justiça social.

Faz-se necessário outro projeto de desenvolvimento que não tenha como motor a grande indústria e sim as microunidades em conjunto seja industrial, comercial ou serviço, como elemento de uma alternativa de crescimento com “vida própria” (endógeno), trabalhando no sentido de um maior equilíbrio de toda economia do estado, fazendo conviver as diferenças e suas singularidades, e tendo o apoio necessário para fazer-se sustentável.

O processo de uma tentativa mais organizada de industrializar a Bahia não parou com o “Polo de Camaçari”. Tomando-se por este, o governo do estado, via incentivos fiscais federais e estaduais, implantou, ao longo dos anos, várias indústrias em outras regiões do estado, o que ainda não surtiu efeito na desconcentração econômica e da riqueza.

O problema da economia não reside apenas na concentração econômica, mas também na falta de um dinamismo próprio da mesma, o que termina por influenciar negativamente qualquer tentativa de resolver o problema da desigualdade no estado, que requer, além de políticas compensatórias e de ajuste, equilíbrio nos resultados na economia e crescimento crescente ao longo do ano.

Nesta lógica, traz o comportamento da economia baiana no intervalo 1976-2005 que configura a instabilidade da economia do estado baiano, e daí a dificuldade de um planejamento que corrigisse as mazelas por aqui registradas, o que não justifica a falta de um plano de ações coordenadas pelo governo estadual nos diversos anos de república.



**Gráfico 1 – Evolução do PIB da Bahia segundo Taxa Anual de Crescimento (1976-2005)**

Fonte: Pessoti (2006).

O Gráfico 1 sintetiza visualmente a evolução conturbada de uma economia instável e apoiada em uma âncora: indústria petroquímica, extremamente concentrada espacial e economicamente e que provoca aumento da desigualdade denotada na pobreza de muitos dos municípios.

Para Pessoti (2006), o Gráfico 1 acima representa períodos de intenso crescimento com períodos de crise e recessão, somada a períodos em que a economia apresenta sinais de recuperação com períodos de consolidação do crescimento industrial.

Para Teixeira e Guerra (2000):

Esgotados os efeitos multiplicadores desses investimentos, e na ausência de uma dinâmica econômica endógena, o processo de industrialização fica aguardando um novo choque exógeno que derrube a apatia e desperte outro período (espasmo) de otimismo.

Colaborações que contribuem com a leitura que se faz neste texto sobre o processo de tentativa de reindustrializar o estado baiano, as dificuldades nesta evolução, os resultados colhidos e os desafios a serem enfrentados, sejam sobre o próprio processo de tornar a economia via indústria mais dinâmica, sejam mais ainda pelas demandas urgentes sob os aspectos sociais dos frutos desse propósito: inclusão social para todos via desenvolvimento econômico.

Faz-se necessário, aqui, esclarecer a linha de condução desta parte do trabalho já que trata do início do processo de re-industrialização na década de 1970 e em seguida serão apresentadas críticas sobre todo o processo com dados recentes.

O objetivo aqui não foi de ignorar o processo histórico, as nuances e importância, mas mostrar que passados 35 anos (1970/2005), a economia baiana ainda que tenha sofrido mudanças – a chegada da Ford, em 2000 em Camaçari, representa a maior delas (contribuindo também com a concentração) – ainda persistem os desafios lançados com o re-industrialização, mesmo que parcialmente tenha vencido: concentração espacial e econômica das atividades na RMS; maior diversificação do ramo de atividade, gerar mecanismo de uma dinâmica endógena, para que com tudo isso resolva o desafio maior do estado: diminuição sensível da desigualdade.

Observa-se o resultado econômico e social do processo, tratado neste subitem do trabalho, como complemento do raciocínio e afloramento das questões que indicam a desigualdade econômica e social.

## **4.2.2 – Evolução econômica na Bahia: propagação das diferenças**

A ideia da desigualdade a qual Perroux (1961) trata na sua teoria dos “Polos de desenvolvimento” se manifesta apenas como resultado do processo de concentração que a implantação do polo exige, mas também no efeito perverso da mesma forma de atração que ocorre com a chegada do “polo”, ou seja, os recursos e as atividades econômicas voltam-se para ele de tal forma que agrava

os demais espaços já prejudicados em não serem parte da área de circunferência beneficiada com os efeitos econômicos do “polo”.

Resultado este que colabora com a ideia que gira em torno do círculo vicioso da pobreza teorizado por Myrdal (1968), que ao verificar o andamento da economia e as dificuldades na resolução do problema da pobreza enxerga que esta também tem vida própria e percorre uma circularidade que a reproduz.

Myrdal (1968) e Perroux (1961) veem na interferência externa, que pode ser a do estado keynesiano, a possibilidade para resolução dos problemas levantados, os quais também se relacionam como se mostra na Bahia: a implantação de um polo reforça um desequilíbrio, que reforça a desigualdade, que colabora com a reprodução de uma pobreza secular, em vez de amenizá-la como se “propõe” o crescimento econômico “moderno”.

A seguir será verificado o retrato da desigualdade na Bahia via os dados do PIB dos municípios, do número de agências bancárias e sua distribuição no estado e os indicadores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Índice de Desenvolvimento Social (IDS); Informalidade e o comportamento dos mesmos entre os municípios mais ricos e os mais pobres, que dará o distanciamento e a dimensão da desigualdade registrada em pleno século XXI.

**Tabela 3 – Cinco Maiores PIBs Baianos – 2005**

Municípios	Setores (R\$ milhões)			PIB (R\$ milhões)	%
	Agropecuária	Indústria	Serviços (1)		
<b>Bahia</b>	<b>6.725,96</b>	<b>25.160,41</b>	<b>46.352,39</b>	<b>90.942,99</b>	100
Salvador	11,58	3.924,51	14.757,31	22.240,65	24,46
Camaçari	6,65	6.067,47	1.861,84	10.358,22	11,39
São Francisco do Conde	4,48	3.367,98	2.029,62	6.352,72	6,99
Feira de Santana	58,21	639,61	2.229,58	3.494,64	3,84
Simões Filho	3,19	922,84	736,06	2.231,70	2,45
<b>Total</b>				<b>44.677,93</b>	<b>49,13</b>

Fonte: Elaboração Própria com Base nos Dados da SEI/IBGE, em 2005; Oliveira (2007) e BNB (2008).

A Tabela 3 denuncia a concentração do PIB baiano ao afirmar que 49,13% – quase metade – estão em apenas cinco municípios dos 417 existentes, sendo que três deles estão na RMS: Salvador, com 24,26% do PIB da Bahia; Camaçari com 11,39% e Simões Filho, com 2,45%, reforçando o processo levantado da concentração da economia da RMS.

Mas, como está distribuído o restante do PIB?

Na Tabela 4, verifica-se a distribuição do PIB entre os dez municípios mais pobres do estado.

**Tabela 4 – Dez Menores PIBs Baianos – 2005**

Municípios	Setores (R\$ milhões)			PIB (R\$ milhões)	%
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
<b>Bahia</b>	<b>6.725,96</b>	<b>25.160,41</b>	<b>46.352,39</b>	<b>90.942,99</b>	100
Cravolândia	3,25	1,34	8,35	13,34	0,0147
Bom Jesus da Serra	2,33	1,69	8,96	13,26	0,0146
Lafaiete Coutinho	4,85	0,9	6,96	13,26	0,0146
Macururé	0,91	1,77	10,22	13,22	0,0145
Dom Macedo Costa	3,05	1	6,41	10,77	0,0118
São José da Vitória	1,1	1,2	7,35	10,03	0,011
Gavião	1,73	0,91	6,84	9,97	0,011
Ibiquera	2,8	0,87	5,7	9,69	0,0107
<b>Total</b>				<b>117,4</b>	<b>0,13</b>

Fonte: Elaboração Própria com Base nos Dados da SEI/IBGE, em 2005; Oliveira (2007) e BNB (2008).

A Tabela 4 soma os 10 municípios mais pobres os quais representam apenas 0,5% do PIB total da Bahia, demonstrando o grau de dificuldades por que passam esses municípios ao gerarem mínimas riquezas e dependerem substancialmente dos repasses dos governos federal e estadual.

Outro fato importante exposto na Tabela 4 é que a concentração da atividade econômica está presente no setor terciário, onde a acumulação de capital ocorre de forma diminuta, dificultando qualquer esforço futuro de reação

considerando esta realidade, porque grande parte de sua “riqueza” é minada na importação de produtos manufaturados em outros municípios baianos e/ou de outros estados. Condição viciosa que ronda a teoria de Myrdal (1968).

Atrelado ao tamanho da riqueza produzida está a atração para o seu entorno, das ferramentas que colaboram com a possibilidade de ampliá-la, como reforça Perroux (1961) em sua teoria.

A Tabela 5 dá a dimensão desse processo ao sinalizar como eram distribuídas as agências bancárias no estado baiano em setembro de 2007.

**Tabela 5 – Municípios com Maior Número de Agências Bancárias na Bahia**

<b>Bahia</b>	<b>769</b>	<b>100%</b>
Salvador	226	29,39
Feira de Santana	27	3,51
Camaçari	12	1,56
Itabuna	12	1,56
Vitória da Conquista	12	1,56
Lauro de Freitas	11	1,43
Ilhéus	10	1,3
Juazeiro	9	1,17
Simões Filho	8	1,04
Barreiras	8	1,04
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>60,98</b>

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nos Dados do Banco Central do Brasil (BACEN), em 2007; Oliveira (2007) e BNB (2008).

Segundo informações do Banco Central do Brasil (BACEN, 2008), a Bahia é o sétimo estado com maior número de agências, São Paulo é o líder com 6.151 agências, seguido por Minas Gerais com 1.888; Rio de Janeiro com 1.755, depois vem o Rio Grande do Sul com 1.483; Paraná com 1.257; Santa Catarina com 879 unidades bancárias, somadas totalizam 10.546 agências de um total geral de 18.513, ou seja, no Sul e no Sudeste concentra-se 57% das agências bancárias do Brasil. Os 43% restantes são divididos entre os demais estados do país.

Segundo Sicsú e Crocco (2008), ao buscar uma teoria da localização das agências bancárias no Brasil, o número de agências em cada estado brasileiro é proporcional ao PIB ou ao grau de concentração de renda.

Constatação válida tanto para o país quanto especificamente para a Bahia, como mostra a Tabela 5, onde 60,98% das agências estão presentes em apenas 10 municípios de um total de 161 com serviços bancários, para um total de 417 municípios no estado. Ou seja, na Bahia apenas 40% dos seus municípios têm serviços bancários e, deste universo (161), apenas 6% (10 municípios) concentram 60,98% do número de agências no estado (769), reforçando ainda mais os argumentos em torno da concentração econômica e do desequilíbrio em torno da economia baiana.

Se apenas 161 unidades municipais têm serviços financeiros, 256 outros municípios não são atendidos pelas agências bancárias, ou seja, as cidades mais pobres. Se pobre e sem os recursos que ajudem na busca pela reversão dessa condição, pobre ficará conforme prega a “teoria do círculo vicioso da pobreza” de Myrdal (1968), desde que não haja interferência exógena planejada e organizada.

A falta de serviços financeiros ou necessariamente de agentes financiadores de atividades produtivas nesses municípios os condenam ao aumento das dificuldades de reprodução da vida.

Schumpeter (1985), quando estudou a dinâmica das economias capitalistas percebeu que o financiamento é um fator importante no processo de desenvolvimento porque pode alavancar o processo de inovação.

Keynes (1996), por sua vez, indo mais longe, enxerga que, para o desenvolvimento econômico, os serviços financeiros são peças-chave do processo, seja no curto, médio ou longo prazo (*motivo finance – motivo funding*), imprescindíveis numa sociedade que deseje o desenvolvimento econômico, porque são estes recursos que possibilitam mover os demais, juntando-os e empreendendo, dando vida à atividade produtiva (capital de giro) e possibilitando o avanço na sociedade (investimento), que beneficia toda ela quando os resultados são distribuídos entre todas as partes envolvidas.

Os efeitos do processo de evolução da economia da Bahia, tratados até aqui, podem ser visualizados nas Tabelas 6 e 7, que seguem.

**Tabela 6 – Informações Socioeconômicas dos Cinco Municípios Mais Ricos – 2000**

CIDADES	PIB	IDH	IDS	INFO	AG B	FAM
Salvador	22.240,65	0,805	5.375,13	43,01	228	28
Camaçari	10.358,22	0,734	5.155,49	51,79	12	40,9
São Francisco do Conde	6.352,72	0,716	5.063,11	51,04	2	49,9
Feira de Santana	3.494,64	0,704	5.198,85	60,51	27	37,4
Simões Filho	2.231,70	0,729	5.101,49	47,81	8	43
<b>Total</b>	<b>44.677,93</b>				<b>277</b>	

Fonte: Elaboração Própria com Base nos Dados da SEI/IBGE em 2000; Oliveira (2007) e BNB (2008).

**Tabela 7 – Informações Socioeconômicas dos Dez Municípios Mais Pobres – 2000**

CIDADES	PIB	IDH	IDS	INFO	AG B	FAM
Ibiquera	9,69	0,572	4947,37	77,75	0	64,6
Gavião	9,97	0,64	5008,81	89,14	0	59,1
São José da Vitória	10,03	0,626	4951,03	61,03	0	62,3
Dom Macedo Costa	10,77	0,647	4959,4	79,75	0	55,1
Contendas do Sincorá	11,59	0,619	4997,52	79,21	0	53,9
Ichu	12,26	0,675	5.033,65	78,84	0	51,9
Macururé	13,22	0,599	4.940,65	94,98	0	63
Lafaiete Coutinho	13,26	0,607	4.946,01	74,5	0	61,4
Bom Jesus da Serra	13,26	0,584	4.927,42	88,27	0	69,2
<b>CIDADES</b>	<b>PIB</b>	<b>IDH</b>	<b>IDS</b>	<b>INFO</b>	<b>AG B</b>	<b>FAM</b>
<b>Total</b>	<b>65,34</b>				<b>0</b>	

Fonte: Elaboração Própria com Base nos Dados da SEI/IBGE em 2000; Oliveira (2007) e BNB (2008).

A economia baiana precisa desconcentrar-se industrialmente e pulverizar as oportunidades, à medida que municie os municípios mais pobres com serviços financeiros, educacionais, de saúde, entre outros (tudo relacionado a uma política estadual de desenvolvimento em vários níveis), que reconhece as

dificuldades de cada unidade, mas proporciona à mesma as chances materiais e institucionais de alterarem seus péssimos quadros sociais e econômicos, proporcionando para toda sociedade local condições de vida digna e próspera.

Se essa lógica vai de encontro à lógica capitalista que concentra os recursos onde mais pode “lucrar”, é a vez de o estado interferir positivamente munindo essas cidades que há anos e anos carecem de serviços com ajuda do governo federal de ferramentas que colaborem com um desenvolvimento endógeno, onde tenham vida própria e sustentem sua economia girando.

Nesta perspectiva, o microcrédito que surgiu na década de 1970 no mundo, se apresenta como uma das ferramentas colaboradoras em associação com outras ações públicas e privadas – no sentido de democratizar as oportunidades entre os menos favorecidos que estão fora do circuito da produção formal, compondo parte do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passou denominar a partir de 1970, de economia informal.

Ferramenta esta que tem um apelo social muito intenso e que vem sendo levantada como forte elemento colaborador, junto com outros para promoção do “desenvolvimento endógeno”, impulsionando as atividades econômicas do setor informal e os mercados que pertencem, via o ânimo criado com a concessão de crédito e com essas várias “externalidades”, principalmente em regiões “subdesenvolvidas” de países “subdesenvolvidos” ou pobres.

Nessa perspectiva, Toscano (2001) lembra que o microcrédito transcende à mera oferta de crédito, à medida que se volta para a inclusão de milhares de indivíduos quando aplicando de acordo com o propósito que o fez surgir, onde se concentram os bolsões de pobreza.

Proposta esta que vem sendo trabalhada na Bahia, através de ONGs, desde 1973, as quais serão analisadas quanto ao processo evolutivo, caminhos trilhados e perspectivas no próximo capítulo como principal objeto do problema que motiva toda análise.



## 5 – MICROCRÉDITO NA BAHIA: PROCESSO EVOLUTIVO (1973-2008)

Se a pobreza é socialmente produzida como resultado da condução do processo de acumulação do modo de produção capitalista, a inclusão social só será economicamente possível, se houver uma interferência do estado e da sociedade civil organizada, como tem mostrado o microcrédito juntamente com outras ações em muitas experiências no mundo<sup>28</sup>.

O certo é que economias marcadas por enormes desigualdades e desequilíbrios em seu espaço, subdesenvolvidas então, vêm se utilizando progressivamente, mesmo que em ritmos diferentes, a partir da década de 1970, do microcrédito como mecanismo de ajustes e reparos sociais, juntamente com outras ações públicas e privadas, por meio de incentivo ao desenvolvimento das microunidades produtivas, que colaboram, como consequência, com o crescimento endógeno, via efeito da “multiplicação” da renda e seu consequente efeito positivo sobre o produto interno.

Esta lógica do crescimento endógeno parte do princípio de que todas as pessoas são potencialmente empreendedoras, como enfatizam Yunus e Jolis (2000), ou seja, elas são capazes de empreenderem (modificarem, transformarem, alterarem suas realidades e ao seu redor), independentes do tamanho das atividades que toquem (micro, pequena, médio ou grande porte), e que juntas, podem alterar o *status* econômico de suas localidades, o que tem sido demonstrado em parte dos milhares de “nanos” negócios que – informalmente – movimentam parte considerável das economias dos grandes, médios e pequenos municípios no Brasil e em outras nações também subdesenvolvidas e pobres.

Neste sentido, o microcrédito configura-se, juntamente com outras ações e dentro de uma política em prol do desenvolvimento de todo território,

---

28 Toscano (2001) ressalta os importantes resultados para as respectivas sociedades como o Grameen Bank, em Bangladesh, e o Bancosol na Bolívia, as quais fazem milhões de operações de diversos produtos financeiros para indivíduos com baixo poder aquisitivo que vivem de atividades informais naqueles dois países.

como mais um instrumento que pode colaborar progressivamente com a mudança do quadro socioeconômico enormemente desequilibrado que encontra o Estado da Bahia.

Levando-se em conta as informações descritas até aqui, este capítulo volta-se para responder o problema desta pesquisa, correlacionando-se com a hipótese e o objetivo que norteiam este trabalho.

Dessa maneira, este capítulo se compõe de duas partes: uma que se encarrega de apresentar as informações e dados do microcrédito na Bahia, por meio do subitem Microcrédito: evolução do estado baiano, que descreve, de forma sintética, a história do microcrédito no estado no intervalo que vai de 1973 a agosto de 2008, tendo em vista o surgimento do “Programa Uno”. (ROCHA; MELLO, 2004).

*A posteriori*, serão apresentadas as tabelas que resumem o quadro de oferta de microcrédito no estado, com a exposição dos nomes das instituições promotoras, a quantidade de unidade de cada uma e seu *status* legal, conjunto que permitirá a análise que colaborará no desenhar do quadro atual do microcrédito e perspectivas desta ferramenta no estado.

No segundo momento deste capítulo, será realizada a análise do quadro de informações e dados descritos na primeira etapa, levando em conta o quadro social e econômico do Estado da Bahia, resultante da forma que o processo de crescimento econômico foi tocado neste estado a partir da década de 1950, conforme descrito no capítulo 4, bem como dos instrumentos e ferramentas fornecidos em cada uma das demais partes que juntas servem de base teórica e analítica para a concessão do objetivo desta pesquisa.

## 5.1 – Microcréditos: Evolução no Estado Baiano

Como ressaltado no capítulo 2, a Bahia (especificamente Salvador) juntamente com o Estado de Pernambuco (na cidade de Recife) gozou da oportunidade, na década de 1970 (mais precisamente 1973), (ROCHA; MELLO, 2004), de ser escolhida entre as diversas regiões brasileiras para testar uma nova meto-

dologia de crédito que propunha ser alternativa ao sistema de crédito tradicional (leia-se banco), fazendo chegar até o microempreendedor informal recursos no tamanho e nas condições adequadas.

A União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), que ficou conhecida como “Programa UNO”, era uma associação civil sem fins lucrativos que nasceu com o intuito de ofertar crédito e capacitação aos microempresários, na maioria informais, especificamente àqueles que não contavam com possibilidade de acesso ao crédito bancário e terminavam por assumir maiores riscos em suas atividades, dadas as fragilidades financeiras<sup>29</sup>, realidade típica desse tipo de atividade. (ROCHA; MELLO, 2004).

Porém essa proposta inovadora apesar de alcançar em 1979 uma boa expansão, perde o foco ao ampliar sua atuação em outras ações paralelas, segundo Rocha e Mello (2004, p. 86), seus custos aumentaram e tornou-se inviável, encerrando seus trabalhos em 1987.

O fim das atividades deste programa deixou um vazio e desencantou aqueles que, enfim, passaram a ter apoio creditício para desenvolverem suas atividades e garantirem maior sobrevivência a suas ocupações e meio de geração de renda.

Durante o intervalo em que o “Programa UNO” foi criado e encerraram suas atividades (1973 e 1987), a Bahia estava tardiamente<sup>30</sup>, reiniciando seu processo de industrialização de forma mais organizada como mecanismo para alcançar o desenvolvimento econômico e tentar, via grande indústria e, segundo discurso do governante da época, diminuir a enorme desigualdade social e econômica que assolava o estado, sem contemplar as microempresas.

Alternativamente, dois anos depois do fim das atividades do “Programa Uno”, 1989, a Bahia recebeu mais uma instituição que se propunha a traba-

---

29 As condições que servem de base para estruturação das atividades microempreendedoras informais são na sua maioria incipiente e frágeis, deixando-as vulneráveis todo tempo e as colocando em situação de risco permanente. (DANTAS, 1999).

30 No Brasil, a industrialização começa nas regiões Sul e Sudeste, que já assumiam os melhores indicadores de crescimento econômico com a cultura do café, o que as faz se distanciarem ainda mais das demais regiões. (PESSOTI, 2006).

lhar com microcrédito, desta vez era o Banco da Mulher (BM), ONG filiada ao *Women's World Banking*<sup>31</sup>, que se fixou na cidade de Salvador (também), com presença nos municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, concentrando suas atividades na RMS (região com maior PIB).

O Banco da Mulher, como o próprio nome sugere, voltou-se inicialmente para o apoio às unidades tocadas por mulheres, mas, ao longo do tempo, passou a ofertar microcrédito para ambos os sexos priorizando, claro, o público feminino que é superior percentualmente na maioria das carteiras das instituições que promove o “crédito popular”. (DANTAS, 1999).

Essas instituições de microcrédito no estado chamaram a atenção por serem experiências com forte apoio internacional e chegarem via cidade de Salvador, maior PIB do estado, e não no interior, onde se localiza de forma gritante a pobreza da Bahia.

Destoando dessa tendência de concentrar-se na RMS, em 1994, na cidade de Feira de Santana, atrelada à articulação da ONG Movimento de Organização Comunitária (MOC), da sociedade local, da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (Fenape) hoje (Ceape Nacional), e com apoio do Unicef, surgiu a organização civil Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado da Bahia (Ceape/BA), atrelada à “Rede CEAPE” que hoje está presente em 12 estados<sup>32</sup>, com maior destaque na região Nordeste do Brasil. (CORSINI, 2007).

Quando o Ceape chegou à Bahia, já existia Ceape nos estados do Rio Grande do Sul desde 1987; no Rio Grande do Norte e no Maranhão desde 1989; bem como em Pernambuco, Sergipe e no Distrito Federal, que tiveram suas inaugurações em 1992. (DANTAS, 1999).

Em se tratando da sua expansão, o Ceape/BA por meio de filiais a partir do ano de 1998 (quatro anos depois de sua inauguração), abre uma unidade na

---

31 *Women's World Banking* é uma instituição internacional que mantém sedes em diversos países.

32 Apenas três dos Ceapes têm suas matrizes em cidades do interior, são elas as unidades da Bahia, da Paraíba e de Goiás. (DANTAS, 1999).

cidade de Alagoinhas, com apoio da Organização para a Cooperação Internacional a Projetos (Disop), entidade belga<sup>33</sup>. Em 1999, outra filial agora em Salvador, também com o apoio do Disop e de outros parceiros locais. (CORSINI, 2007).

Em seguida inaugura-se, nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Camaçari, constituindo assim três unidades no interior e duas filiais na RMS (SSA e Camaçari). (CORSINI, 2007).

O Ceape, à medida que avançava por meio de suas unidades, passava a atender, por meio de “postos” (unidades de apoio), cidades próximas a suas sedes, conforme descreve Corsini (2007), mais 30 municípios, sendo maior o número em torno da matriz: Feira de Santana.

O Ceape, apesar do apoio externo (Fenape, Unicef, Disop, BNDES, Bird), tem nas relações internas com outras ONGs e entidades de classe locais, seu processo de desenvolvimento e expansão, com uma característica própria na sua expansão ao interiorizar-se, buscava ocupar cidades de médio porte, onde encontrava maior apoio institucional e melhores condições de desenvolvimento e viabilização de cada unidade em seus aspectos financeiros<sup>34</sup> e institucionais, desafio constante para todas as Oscips do país.

A chegada do Ceape abre a possibilidade de avanço do microcrédito no estado em direção ao interior, tendo a matriz, em Feira de Santana, como referência para os limites físicos de sua expansão. Quantitativamente, o “Centro de Apoio” avança até aquele momento, como nenhuma outra entidade nessa área, com suas cinco unidades.

Importante ressaltar que as entidades que iniciaram esta segunda empreitada em torno da oferta alternativa de crédito ao microempreendedor, depois do “Programa Uno”, tiveram um enorme desafio, não só na tentativa de viabilizar as instituições (individualmente), mas com a preocupação de expandir o microcrédito, seja fisicamente, seja na ampliação da discussão em torno do tema que fizesse chegar as informações até os interessados e colaborasse com o crescimento do setor.

---

33 Disponível em: <<http://www.disop.be/por/Wie.html>>.

34 Questão essa discutida na segunda parte deste capítulo.

Essas instituições buscavam conhecer o microcrédito, testando-o, ajustando a metodologia, formando pessoas, tentando multiplicar o conhecimento adquirido, sem muito apoio e com muitas dificuldades de acesso a recursos financeiros, materiais e informacionais, funcionando na maioria das vezes de forma precária. Mas, mesmo assim abriu a discussão em torno da importância e necessidade do microcrédito no estado, dada a enorme desigualdade que caracteriza a economia baiana.

Sem perder o foco, as instituições divulgaram o microcrédito via mídia, feiras, seminários e palestras; procuraram apoio e tentaram sensibilizar as entidades públicas municipais, estaduais e federais, bem como a sociedade local; envolveram outras ONGs na luta, apoiando a abertura de mais entidade na mesma atividade, buscando articular-se com outras associações nacionais ou mesmo de outros estados, arquitetando a base para uma construção do setor no Estado da Bahia.

Voltando para o processo evolutivo do microcrédito na Bahia, até o ano de 1997 o estado contava apenas com duas entidades voltadas à oferta de crédito com métodos alternativos que apoiavam microatividades informais, o BM na cidade de Salvador, e o CEAPE, em Feira de Santana. Neste mesmo ano, já como consequência do envolvimento do governo federal no incentivo da atividade de microcrédito, chega à Bahia o programa de microcrédito do banco de desenvolvimento regional BNB, o “programa Crediamigo”.

O Crediamigo primeiro aportou no município de Itabuna<sup>35</sup>, região sul do estado, abrindo novo espaço de expansão em direção ao interior da Bahia, com o suporte e o colchão de liquidez do BNB, garantido por verbas federais.

Com as condições materiais necessárias (afiançado pelo BNB) e o aporte metodológico exigido, em 1998 o Crediamigo começa sua expansão na Bahia, abrindo unidades em nove municípios, sendo uma na RMS (Simões Filho) e as demais nas diversas regiões econômicas. Em 1999, o Crediamigo passou a contar com mais cinco unidades, duas na RMS e três no interior.

---

35 Programa Crediamigo iniciou sua história em dezembro de 1997, com operações-piloto em Itabuna-BA, Fortaleza-CE, Recife-PE, São Luís-MA e Teresina-PI.

O ano de 2000 marca mais um período de expansão do programa, com a abertura de oito unidades no interior. Em 2001, o Crediamigo registra mais avanço na ocupação do território baiano, inaugurando mais nove unidades nas cidades do interior, totalizando assim 31 no estado.

A chegada e a ramificação do programa Crediamigo em direção ao interior do estado concede uma oportunidade de consolidação do microcrédito, à medida que pulveriza um pouco a oferta de crédito para os microempreendedores, levando em conta as dificuldades que as instituições exigentes tinham em realizar esta proeza. Mas este programa se estrutura principalmente sobre as cidades de médio porte, sendo a única exceção a cidade de Andaraí.

Em 2000, soma-se ao grupo de atores que promovem o microcrédito no estado a prefeitura de Vitória da Conquista ao inaugurar a Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária (ICC) ou simplesmente “Banco do Povo”, instituição que avança em torno de cinco municípios vizinhos<sup>36</sup>: Anagé, Barra do Choça; Cândido Sales; Planalto e Poções. (OLIVEIRA, 2007).

No mesmo ano, o Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento (Ceade), uma organização da sociedade civil, relacionada ao Conselho Mundial de Igrejas *Ecumenical Church Loan Fund* (Eclof), entidade Suíça, que trabalhava desde 1984 no estado com ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico via projetos de crédito associativo para igrejas, associações comunitárias e cooperativas, passa a ofertar microcrédito na cidade de Salvador e depois avança para as cidades de Lauro de Freitas e Simões Filho, também na RMS.

Neste mesmo ano, mais uma vez na cidade de Salvador, a instituição “Moradia e Cidadania” ligada à Caixa Econômica Federal (CEF), que já tinha várias ações na região, se transforma em uma organização não governamental e passa a operar com microcrédito, atrelando esta ferramenta a outras ações e reforçando o movimento em torno do microcrédito.

O governo do Estado da Bahia, nesse ano também, aprova por meio do

---

36 As datas de início das atividades dessas unidades da ICC Conquista Solidária, não foram reveladas.

Decreto nº 7.798<sup>37</sup> o Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese), que objetiva prover recursos financeiros para os programas voltados para o desenvolvimento social e econômico do Estado da Bahia, entre estes (Art.1º – VI), as atividades e o crescimento das micro e pequenas empresas instaladas no estado, inclusive mediante formação de poupança e reforço de capital de giro. (BAHIA, 2000). Instrumento este que será fundamental para a estruturação do programa de microcrédito do governo do estado em 2002.

Em 2001, a prefeitura do município de Itabuna juntamente com o CDL, SEBRAE e outras entidades, criam o ICC Itabuna Solidária, reforçando a presença do poder público local como mais um agente que pode colaborar com o avanço do microcrédito no estado e em direção ao interior. (LANDIM, 2006).

Nesse mesmo ano, o Sebrae entra no processo nacionalmente, buscando articular e colaborar com o setor, embora já viesse contribuindo em algumas unidades distribuídas no território nacional, como na cidade de Feira de Santana na estruturação e manutenção do Ceape.

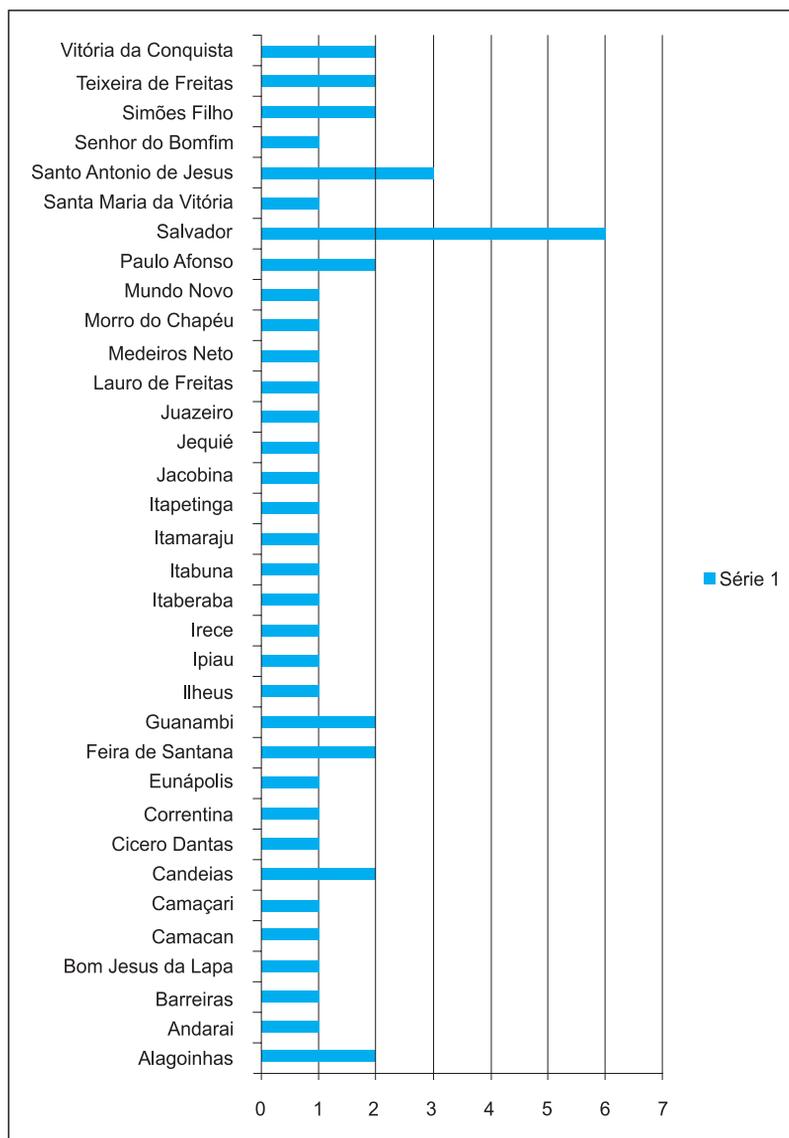
O Sebrae na Bahia assume progressivamente a partir de sua entrada no setor um papel de articulador juntamente com os diversos atores<sup>38</sup>, pensando o crescimento e desenvolvimento nas várias localidades que se faz presente, colaborando com o microcrédito.

Desse modo, o aumento do número de instituições e a expansão destas no estado – via matriz e filiais das diversas instituições – faz com que o microcrédito avance, mesmo que muito timidamente, no seu propósito: incluir socialmente empreendedores informais e pobres, mas ainda há muito que se fazer no sentido de pulverizar a oferta, chegando prioritariamente aos municípios mais pobres, onde o “crédito popular” teria maior potencialidade devido às carências destes lugares. Até o ano de 2001, a Bahia tinha microcrédito apenas nos municípios relacionados no Gráfico 2.

---

37 Com fundamento na Constituição Estadual – Artigo 24, Inciso I, da Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000. (BAHIA, 2000).

38 Em 2003, o SEBRAE/BA e as principais entidades ofertadoras de microcrédito criam o Fórum de Microfinanças da Bahia, instância colegiada que objetiva discutir e implementar ações que colaborasse com o crescimento do setor no estado. (SEBRAE, 2008).



**Gráfico 2 – Municípios com Atuação de Microcrédito no Estado da Bahia – 2001**

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nas Informações de BNB (2008); CEADE (2008) e Banco do Mulher (2008).

O Gráfico 2 mostra que, passados 28 anos da primeira iniciativa de microcrédito no estado (Programa Uno) apenas 34 (8,15% do total dos municípios) cidades têm acesso ao benefício, além de demonstrar que o serviço cresce em torno da RMS, onde quase todos os municípios que a compõem possuem no mínimo uma instituição que oferece crédito para microempreendedor informal.

O Gráfico 2 – apresentada anteriormente – reforça a ideia da aglomeração à medida que mostra que o microcrédito na Bahia concentra-se na RMS em vez de pulverizar-se entre os municípios mais pobres.

Reforçando o argumento da aglomeração, temos que, dos cinco maiores PIBs do estado (Salvador, Camaçari, Simões Filho, Feira de Santana e São Francisco do Conde), quatro deles têm microcrédito como também possuem o maior número de agências bancárias conforme Tabela 6 (capítulo 4 deste trabalho), enquanto muitos municípios na Bahia ainda não têm nenhum serviço financeiro, como algumas cidades citadas na Tabela 7 (capítulo 4).

Os números iniciais do microcrédito na Bahia apontam para a confirmação da hipótese que motiva esta pesquisa, ao denotar que o maior número de instituições se faz presente primeiro nos municípios que compõem a rota do desenvolvimento concentrador baiano (Salvador, Simões Filho, Camaçari, Candeias), em vez de ter iniciado pelos territórios mais pobres, em razão das enormes dificuldades encontradas pelas ONGs, como falta de rede social forte e outros serviços e apoios que contribuíssem com a diminuição das “hostilidades” iniciais a propostas alternativas.

Voltando para a cronologia da evolução do microcrédito na Bahia, torna-se importante ressaltar que até 2002 não havia nenhuma interferência do governo do Estado da Bahia diretamente no setor, embora o governo federal, desde 1995, tenha iniciado sua relação com este setor, embora as ONGs (hoje OSCIPs) tenham tentado sensibilizá-lo e envolvê-lo desde o seu surgimento, dada a importância política deste agente e os recursos que o mesmo poderia colocar a favor do microcrédito, que ajudaria no seu avanço nas terras baianas.

No ano de 2002, o governo do Estado Bahia – por meio da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte (Setras), em parceria com o SEBRAE, pre-

feituas municipais e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), a qual fica com a execução do programa, com o aporte dos recursos do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico (FUNDESE) – entra no processo com o “Programa CrediBahia”, incentivando o microcrédito por meio de dois caminhos: operacionalizando crédito direto ao microempreendedor (então denominado pelo programa como 1º chão), ou aportando recursos para OSCIPs que já operavam com microcrédito (denominado como 2º chão), ou seja, o programa chega com o intuito de contribuir com todo o setor, atendendo às expectativas daqueles que fazem e pensam o microcrédito na Bahia.

Em seu processo de crescimento, o CrediBahia inaugura, no primeiro ano, agências em apenas quatro municípios, sendo uma nas cidades da RMS e as demais no interior. No ano de 2003, foram 12 cidades beneficiadas; no ano de 2004, 17; em 2005, 42 unidades e em 2006, mais 46 cidades passavam a ter a oferta de crédito voltada para o microempreendedor. Nos anos de 2007 e 2008, até o mês de setembro, somavam-se mais 29 cidades, totalizando 150 municípios beneficiados com a oferta de crédito por meio da Desenbahia e seus parceiros.

O microcrédito na Bahia, com a entrada do governo local, se expande como nunca e de forma rápida, favorecendo o maior número possível dos municípios, fazendo com que, somando-se todos os programas até setembro de 2008, 190 municípios tenham os serviços, restando, portanto, 227 cidades para uma cobertura completa.

Entre as instituições que surgiram na Bahia, mas que não foi possível conseguir informações sobre quando inauguraram matrizes e filiais, estão a Agência Nacional de Desenvolvimento Empresarial (Ande), uma Oscip vinculada à instituição internacional Visão Mundial, que tem 12 unidades no estado, bem como o Banmulher, que é uma Associação de Crédito da Mulher Trabalhadora da Região Sudoeste da Bahia, localizada especificamente na cidade de Vitória da Conquista (CORSINI, 2007), com uma pequena participação no mercado de microcrédito. Somando-se a estas se encontra o programa Real Micro, do Banco Real, que tem uma unidade-piloto na cidade de Feira de Santana e o Banco do Povo, implantado pela Prefeitura de Camaçari por volta de 2006.

A Tabela 8, que segue, resume quais são as instituições que operam microcrédito no Estado da Bahia, quantas unidades (matriz e filiais) têm cada entidade, e qual o *status* institucional de cada uma delas.

**Tabela 8 – Instituições de Microcrédito com Número de Unidades e Status Legal**

Nome	Unidades	Status Institucional
Banco da Mulher	3	Oscip
ICC – Itabuna Solidária	1	Oscip
CEADE	1	Oscip
CEAPE	5	Oscip
Moradia e Cidadania	1	Ong
ANDE	12	Oscip
ICC – C. Solidário	6	Oscip
Banmulher	1	Associação
CrediBahia	150	B. Fomento
Crediamigo	31	B. Desenvolvimento
Banco do Povo de Camaçari	1	Oscip
Banco Real Micro	1	Banco
<b>Total de Unidades</b>	<b>213</b>	

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nas Informações do BNB (2008); Corsini (2007); Oliveira (2007); Landim (2006); ANDE (2009); CEAPE (2008); DESENBAHIA (2008); Banco Real (2008); Agência Brasil (2008); Oliveira (2007) e BNB (2008).

A Tabela 8, acima, informa que existem 213 unidades de microcrédito no Estado da Bahia, o que não significa que tenha a mesma quantidade de municípios beneficiados com este tipo de oferta de crédito, mesmo porque não há uma distribuição igualitária no espaço e algumas cidades têm duas entidades operando, enquanto poucas outras têm mais de duas. Dentro desse universo a ser atendido estão os municípios mais pobres, que não foram priorizados por nenhuma das doze entidades que promovem esse serviço no estado.

Observa-se, também, que apesar de haver um maior número de entidades na qualidade de Oscip, as mesmas não têm o alcance que as instituições relacionadas ao governo federal (Crediamigo) e ao governo estadual (CrediBahia) em

número de unidades (matriz e filiais) e de ocupação do território baiano, apesar de terem importância no processo.

A Tabela 9 relaciona, por região econômica, os municípios baianos favorecidos com uma ou mais instituição de microcrédito. Arelado a cada cidade o número de instituição existente, espaço e sua posição no *ranking* do PIB do estado (ano de 2005).

**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e *Ranking* no PIB – 2008**

Municípios/Região	Número institucional por município	<i>Ranking</i> no PIB baiano/2005
<b>01 - Metropolitana de Salvador</b>	<b>23</b>	
Camaçari	5	2
Candeias	2	8
Dias D'Ávila	1	16
Itaparica	1	138
Lauro de Freitas	2	7
Madre de Deus	1	71
Salvador	7	1
Simões Filho	3	5
Vera Cruz	1	68
<b>02 - Litoral Norte</b>	<b>14</b>	
Alagoinhas	3	18
Aporá	1	268
Catu	1	23
Conde	1	143
Entre Rios	2	48
Esplanada	1	39
Inhambupe	1	88
Mata de São João	2	40
Pojuca	2	61
<b>03 - Recôncavo Sul</b>	<b>18</b>	
Amargosa	1	78

Continua

**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e Ranking no PIB – 2008**

Continuação

Municípios/Região	Número institucional por município	Ranking no PIB baiano/2005
Cabaceiras do Paraguaçu	1	253
Castro Alves	1	141
Cruz das Almas	1	37
Elísio Medrado	1	377
Laje	1	133
Maragogipe	1	76
Muritiba	1	97
Nazaré	1	109
Salinas da Margarida	1	226
Santo Amaro	1	46
Santo Antônio de Jesus	4	25
Saubara	1	247
Ubaíra	1	171
Varzedo	1	363
<b>04 - Litoral Sul</b>	<b>25</b>	
Almadina	1	394
Barra do Rocha	1	50
Cairu	1	192
Camacã	2	65
Canavieiras	1	89
Coaraci	1	131
Ibicarai	1	148
Ibirapitanga	1	345
Ibirataia	1	148
Ilhéus	2	9
Ipiaú	2	59
Itabuna	2	10
Itajuípe	1	128
Itapé	1	301

Continua

**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e Ranking no PIB – 2008**

Continuação

Municípios/Região	Número institucional por município	Ranking no PIB baiano/2005
Taperoá	1	239
Teolândia	1	288
Ubaítaba	1	125
Ubatã	1	152
Uma	1	96
Valença	1	29
Wenceslau Guimarães	1	74
<b>05 - Extremo Sul</b>	<b>16</b>	
Alcobaça	1	70
Belmonte	1	117
Caravelas	1	66
Eunápolis	2	20
Itabela	1	77
Itamaraju	1	33
Itanhém	1	123
Itapebi	1	56
Lajedão	1	361
Medeiros Neto	1	93
Mucuri	1	21
Porto Seguro	1	24
Santa Cruz Cabrália	1	81
Teixeira de Freitas	2	22
<b>06 - Nordeste</b>	<b>23</b>	
Abaré	1	304
Água Fria	1	229
Araci	1	95
Barrocas	1	237
Biritinga	1	269
Cansanção	1	135

Continua

**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e Ranking no PIB – 2008**

Continuação

Municípios/Região	Número institucional por município	Ranking no PIB baiano/2005
Cícero Dantas	1	119
Cipó	1	275
Conceição do Coité	1	43
Euclides da Cunha	1	60
Jeremoabo	1	110
Nova Soure	1	168
Paulo Afonso	2	11
Pedro Alexandre	1	297
Ribeira do Amparo	1	306
Ribeira do Pombal	1	58
Santa Brígida	1	289
São Domingos	1	346
Sítio do Quinto	1	235
Teofilândia	1	198
Tucano	1	69
Valente	1	124
<b>07 - Paraguaçu</b>	<b>24</b>	
Amélia Rodrigues	1	112
Boa Vista do Tupim	1	183
Conceição do Jacuípe	1	55
Coração de Maria	1	156
Feira de Santana	4	4
Iaçu	1	146
Ipecaetá	1	272
Ipirá	1	54
Irará	2	144
Itaberaba	2	47
Mundo Novo	1	187
Pé de Serra	1	341

Continua

**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e Ranking no PIB – 2008**

Continuação

Municípios/Região	Número institucional por município	Ranking no PIB baiano/2005
Pintadas	1	353
Riachão do Jacuípe	1	139
Santo Estêvão	1	63
São Gonçalo dos Campos	1	67
Tapiramutá	1	167
Teodoro Sampaio	1	303
Terra Nova	1	287
<b>08 - Sudoeste</b>	<b>26</b>	
Anagé	1	
Barra do Choça	2	50
Cândido Sales	2	98
Cravolândia	1	408
Encruzilhada	1	104
Itambé	1	121
Itapetinga	2	326
Itarantim	1	177
Itiruçu	1	189
Jequié	2	14
Lagedo do Tabocal	1	252
Macarani	1	223
Manoel Vitorino	1	282
Maracás	1	116
Planalto	2	134
Poções	2	61
Santa Inês	1	333
Vitória da Conquista	3	6
<b>09 - Baixo Médio São Francisco</b>	<b>7</b>	
Campo Alegre de Lourdes	1	151
Casa Nova	1	53

Continua

**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e Ranking no PIB – 2008**

Continuação

Municípios/Região	Número institucional por município	Ranking no PIB baiano/2005
Curaçá	1	90
Juazeiro	1	13
Pilão Arcado	1	145
Remanso	1	86
Sento Sé	1	
<b>10 - Piemonte da Diamantina</b>	<b>8</b>	
Campo Formoso	1	45
Jacobina	1	31
Miguel Calmon	1	137
Morro do Chapéu	2	108
Ourolândia	1	202
Saúde	1	305
Senhor do Bonfim	1	34
<b>11 – Irecê</b>	<b>5</b>	
Barra do Mendes	1	277
Central	1	257
Ibititá	1	199
Irecê	2	35
<b>12 - Chapada Diamantina</b>	<b>9</b>	
Abaíra	1	374
Andaraí	1	302
Boninal	1	321
Boquira	1	185
Érico Cardoso	1	356
Macaúbas	1	99
Palmeiras	1	381
Paramirim	1	172
Rio de Contas	1	238
<b>13 - Serra Geral</b>	<b>7</b>	

Continua

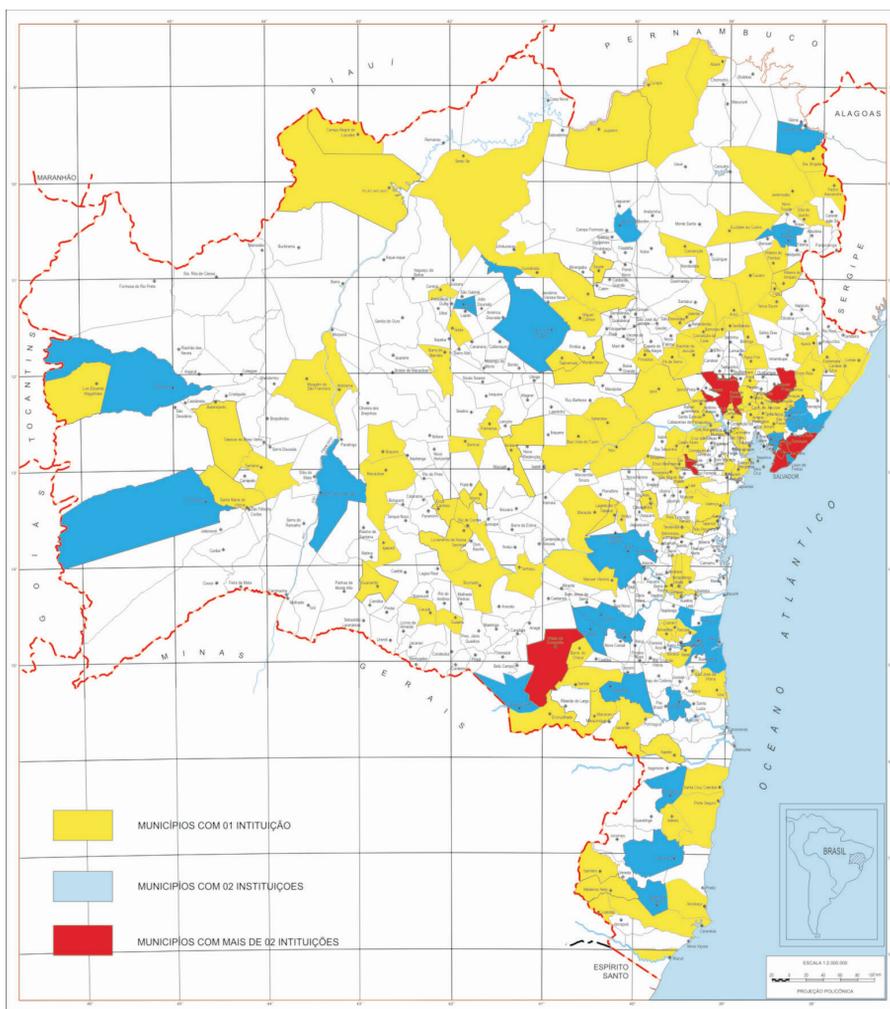
**Tabela 9 – Municípios Baianos por Região, com Número de Instituição e *Ranking* no PIB – 2008**

Conclusão

Municípios/Região	Número institucional por município	<i>Ranking</i> no PIB baiano/2005
Brumado	1	28
Caculé	1	147
Guajeru	1	367
Guanambi	1	30
Igaporã	1	281
Livramento de Nossa Senhora	1	72
Tanhaçu	1	190
<b>14 - Médio São Francisco</b>	<b>5</b>	
Barra	1	106
Bom Jesus da Lapa	2	42
Ibotirama	1	115
Muquém do São Francisco	1	206
<b>15 - Oeste</b>	<b>8</b>	
Baianópolis	1	195
Barreiras	2	12
Correntina	2	26
Santa Maria da Vitória	1	75
Santana	1	129
Luis Eduardo Magalhaes	1	15

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nas Informações do BNB (2008); Corsini (2007) e Oliveira (2007).

Avançando no processo proposto ainda nesta parte do capítulo, usando das informações das Tabelas 8 e 9 anteriormente mostrados, apresenta-se a seguir, por meio do Gráfico 2, o mapa do microcrédito no Estado da Bahia, que proporciona a distribuição espacial do microcrédito no estado no intervalo: 1973/2008 (setembro).



## Mapa 1 – Mapa do Microcrédito do Estado da Bahia – 2008

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nas Informações do Banco da Mulher (2007); CEADE (2008); CEAPE (2007); CEAPE (2007); ANDE (2008); DESENBAHIA (2009); Banco da Mulher (2008); BNB (2008); Corsini (2007) e Oliveira (2007).

## 5.2 – Desenvolvimento do Microcrédito na Bahia

Na exposição realizada ao longo deste trabalho, foi apresentado o microcrédito e seu propósito enquanto ferramenta de inclusão social, que fornece os principais elementos para a crítica de qualquer processo de desenvolvimento deste, em qualquer espaço territorial, como mostrado no capítulo 2.

Foram apresentados também os elementos teóricos necessários para articulação do microcrédito enquanto ferramenta que pode contribuir, articulada com outras políticas e ações, com o processo de desenvolvimento dos municípios mais pobres, dada sua potencialidade e capilaridade, agregada à força do crédito nas economias e no processo de desenvolvimento, e às várias externalidades geradas considerando a multiplicação da renda e da moeda. Tudo isso somado à interferência direta do estado enquanto interventor e democratizador das oportunidades e das correções dos desequilíbrios socioeconômicos causados pelo processo de acumulação da produção capitalista.

Dando sequência à pesquisa, as atenções se voltaram para o processo de desenvolvimento econômico e social (recente) do Estado da Bahia (*locus* da análise), e as consequências negativas para maior parte do território, dado ao processo concentrador e centralizado na região metropolitana de Salvador em função da descoberta do petróleo naquela região e a especialização em uma indústria baseada em bens de capital, com dificuldade de ramificar seus benefícios em outros segmentos e nos demais espaços da Bahia, que acabou por gerar um quadro de enorme desequilíbrio entre as regiões e uma enorme demanda por alternativas de desenvolvimento que contemplem as diversas realidades.

Entrando na etapa analítica, o trabalho volta-se para a leitura do processo evolutivo e de desenvolvimento do microcrédito, no subitem que segue, no Estado da Bahia (já neste capítulo), levando em conta as especificidades levantadas anteriormente, tomando-se por base as perspectivas históricas e da ocupação espacial do território baiano, verificando se o microcrédito na Bahia vem sendo aplicado ao longo do tempo, de acordo com seu propósito considerando a localização das instituições entre os 417 municípios.

## 5.2.1 – Rota de desenvolvimento do Microcrédito na Bahia

O microcrédito na Bahia, conforme evolução histórica descrita, passados 35 anos (1973-2008), se encontra ainda em processo de consolidação, atrás de outros estados nordestinos, quer em seus aspectos institucionais (amadurecimento e articulação entre as entidades), quer pela ocupação (de todas as instituições em conjunto) do seu território, o qual se faz presente em apenas 40% dos municípios baianos, como mostram as tabelas e o mapa do microcrédito, sem ter chegado ainda às cidades mais pobres enquanto se concentra relativamente na RMS, e atende apenas 5% do público potencial no estado.

Informações reforçadas e sintetizadas na Tabela 10 que segue.

**Tabela 10 – Municípios Beneficiados com Microcrédito por Regiões no Estado da Bahia – 2008**

REGIÕES	Número de Cidades	Número de Cidades c/ MC	Participação %	Inst. MC p/Região	Média IMC/ Cidade
Metropolitana de Salvador	10	9	90,0	21	2,33
Litoral Sul	53	21	39,6	25	1,19
Paraguaçu	42	19	45,2	24	1,26
Sudoeste	39	18	46,2	27	1,50
Oeste	29	6	20,7	8	1,33
Extremo Sul	21	14	66,7	16	1,14
Nordeste	47	22	46,8	23	1,05
Litoral Norte	20	9	45,0	14	1,56
Recôncavo Sul	33	15	45,5	18	1,20
Baixo Médio São Francisco	8	7	87,5	7	1,00
Piemonte da Diamantina	24	7	29,2	8	1,14
Serra Geral	29	7	24,1	7	1,00
Chapada Diamantina	33	9	27,3	9	1,00
Irecê	19	4	21,1	5	1,25
Médio São Francisco	16	4	25,0	5	1,25

**Fonte:** Elaboração Própria com Base nas Informações do BNB (2008); Corsini (2007) e Oliveira (2007).

**Nota:** Onde se lê MC refere-se a microcrédito, e onde se lê IMC, deve-se ler instituição de microcrédito.

Quadro esse resultante da soma das condições e evolução socioeconômicas e institucionais baianas no intervalo de tempo que transcorre a evolução do microcrédito no estado a partir de 1973.

Na condição de estado subnacional, a Bahia sofre, assim como os demais estados em graus distintos, os reflexos das movimentações socioeconômicas e das políticas nacionais, os quais influenciaram direta ou indiretamente o quadro evolutivo do microcrédito no estado resumido no primeiro parágrafo, o que significa que não se podem refletir os fatos sumarizados sem contextualizá-lo nacionalmente e entender as influências deste sobre a economia baiana e suas variáveis.

Como dito anteriormente, o ponto de partida para as reflexões que ajudam a entender o quadro-resumo do crédito popular no estado baiano é a década de 1970, período que se inicia, na Bahia (e paralelamente em Pernambuco), as primeiras experiências (1973) de microcrédito no país.

A década de 1970 ficou conhecida no Brasil como o período do “Milagre econômico”, onde a oferta de crédito mundial abundante colaborou com o crescimento da economia brasileira a taxas significativas. Crescimento recebido pelas diversas regiões de forma não igualitária, reforçando a desigualdade marcadamente decretada a partir da década de 1950.

A Bahia deste período, que ainda não tinha sido beneficiada de forma acentuada pelo crescimento, por sua vez, tem na economia um processo de tentativa de mudança da sua base agroexportadora para industrial mais organizada com incentivo do estado, como mecanismo de promoção do desenvolvimento regional. (PESSOTI, 2005).

O problema é que essa proposta trazia arraigadas as implicações também negativas à medida que, como ressalta Perroux (1961), provoca uma conversão de forças em torno deste objetivo, desarticulando, ou mesmo anulando outras ações em prol do crescimento das demais sub-regiões, ou mesmo qualquer política alternativa que tente promover desenvolvimento para outros atores ou faixas econômicas como o microcrédito e outras ferramentas de ajuste social, fragilizando a rede social de proteção existente e a impedindo que avance.

Tinha, portanto, um ambiente que ampliava as dificuldades para implantar e manter entidades voltadas para a compensação ou ajuste social e econômico como se propõe o microcrédito, via o apoio, por meio da oferta constante do crédito de forma adequada, às milhares de atividades produtivas informais, erguidas a partir da década de 1970. (CACCIAMALI, 2008).

Sob essas circunstâncias negativas ou menos favoráveis se implantaram em 1973, na cidade de Salvador, a primeira unidade (ao lado de outra em Pernambuco) de microcrédito, voltada para, juntamente com outras instituições e políticas, colaborar gradualmente com a mudança do quadro social e econômico negativo que caracterizava a Bahia, resultado de um processo de desenvolvimento concentrador e centralizador.

A implantação do “Programa Uno” é, em si, um fato pontual na economia baiana, que só acontece em função de fatores exógenos a esta, e passa a existir em função das ações da entidade norte-americana Aitec (hoje Accion), a qual aportou os recursos e concedeu toda infraestrutura necessária ao seu funcionamento, somado ao apoio de entidades locais sem as quais também não seria possível a implantação.

O “Programa Uno” foi, portanto, um fato isolado no contexto descrito acima, desconectado de um projeto estadual de desenvolvimento que contemplava apenas a grande indústria e ignorava milhares de microunidades formais e informais que se multiplicavam com a falta dos postos de trabalho, a partir da década de 1970, como um fenômeno mundial com forte agravo nas nações subdesenvolvidas (CACCIAMALI, 2008).

Estas condições apontam para um quadro onde não havia espaço favorável para propostas alternativas que privilegiassem as microunidades formais ou informais ou mesmo outras ações de justiça social, mesmo que os anos 1970 tenham sido marcados por reflexões, por parte das grandes instituições de cooperação internacional, em torno da necessidade de inserção e definição de um papel para essas atividades no processo de desenvolvimento econômico, segundo Rocha e Mello (2004).

A Bahia estava na contramão da história, ao voltar-se exclusivamente para a grande empresa industrial, ignorar os demais setores, além de não prever ações que integrassem as microunidades formais e informais ao processo de crescimento econômico, o que contribuiria para a democratização das oportunidades e desconcentração espacial da riqueza necessária à economia baiana.

O atual governo do estado, por meio do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 reconhece esse equívoco à medida que afirma:

Um dos elementos do Modelo de Desenvolvimento até então vigente foi a concentração dos esforços nos grandes empreendimentos que geram renda, mas poucos empregos, e frequentemente escassa internalização da cadeia produtiva. Ultrapassando esta limitação, emerge como característica essencial da Estratégia de Desenvolvimento da Bahia o apoio aos pequenos e médios empreendimentos. (BAHIA, 2008).

Posição que se conecta com as ações em torno da criação do “Programa Credibahia” pelo governo do estado e outras ações na mesma direção via um *pool* de entidades públicas, o apoio das muitas prefeituras, e os esforços em torno da sua expansão registrados na evolução em 2002. Mas até acontecerem essas ações muitas foram as dificuldades enfrentadas (e rompidas) pelas instituições que se propunham ofertar microcrédito na Bahia.

O certo é que, se não havia na Bahia, no início da década de 1970 (bem como no país como um todo em graus diferente em cada região), um ambiente propício ao desenvolvimento do microcrédito, em fins desta mesma década, com ambiente macroeconômico desfavorável, com desaquecimento da economia (reflexos da diminuição dos ritmos mundiais) e aumento progressivo da inflação, essa realidade se torna pior ainda.

Apesar das enormes dificuldades citadas, novamente são as instituições internacionais que, com o término do “Programa UNO”, reaplicam o microcrédito por meio das ONGs (hoje OSCIPs), Banco da Mulher (BM) (DANTAS, 1999), ambos na cidade de Salvador, como uma ação persistente e julgada necessária pelas entidades, mesmo porque em meio a essas dificuldades os mais pobres são os que mais sofrem.

Diante dessas circunstâncias, a presença do estado, em suas várias esferas, (direta e/ou indiretamente) intercedendo, articulando e “agitando” seria imprescindível para a estruturação de um setor de microcrédito. Não só para gerar o ambiente propício às entidades de microcrédito na RMS, mas principalmente fazer chegar essa ferramenta de inclusão social nos municípios mais pobres onde as necessidades são enormes, também pela ausência do mesmo ao longo do tempo.

Atreladas às dificuldades relacionadas até aqui, havia ainda as fragilidades e os limites que giravam em torno das ONGs, que dificultavam a formação e sustentação de instituições na Bahia, impedindo o avanço sobre o território mais pobre e a consequente reafirmação da aglomeração dos fatores levantada por Perroux (1961), que na Bahia tinha a RMS como centro de atração.

Segundo Parente (2002), os limites das instituições com sua pouca infraestrutura física e suas deficiências de gestão operacional e financeira (*funding*), as limitaram a atuarem em poucas localidades e em pequena escala, enraizando-as em localidades como a cidade de Salvador, enquanto as cidades mais pobres continuam sem este serviço.

O certo é que a preocupação e a necessidade das instituições (Oscips) de viabilizaram-se financeiramente para sobreviverem, expandirem e cumprirem sua função social em seu sentido mais amplo, que teria maior impacto nos municípios mais pobres do estado, tornou-se, devido às circunstâncias incompatíveis até a viabilização (novamente o pobre espera o bolo crescer), tratando-se, portanto, do que ficou conhecido nas ciências econômicas como um *trade-off*<sup>39</sup>.

Diante do *trade-off*, a questão da viabilidade financeira impõe um desafio, e aprisiona as instituições às cidades de maior porte, com maior destaque para Salvador, com o maior número de instituições entre os municípios na Bahia, o que demonstra a evolução do microcrédito no estado.

Esta armadilha dificulta ou mesmo impõe um enorme atraso no surgimento de entidades, amadurecimento e a proliferação destas instituições no território

---

39 Em economia, expressão que define situação conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente outros. (SANDRONI, 1994).

baiano, principalmente nas áreas mais necessitadas (semiárido), como mostra a história do microcrédito na Bahia, tomando-se por base as ONGs. Exigindo a entrada do estado no processo para garantir o cumprimento da proposta do microcrédito, ao tempo que busca democratizar no espaço com desenvolvimento econômico e social.

Para Keynes (1996), o estado tinha na economia moderna (pós-29) o papel e a necessidade de orientar sua política econômica para promover a plena utilização dos recursos disponíveis na economia, recolocando-os de onde havia mais para onde tinha menos, elevando com isso o nível de atividade através do estímulo aos investimentos privados e públicos, tendo a participação ativa do sistema bancário na determinação do volume de financiamento do investimento.

Desse modo, conclui-se que a ausência de alternativa de crédito em volume e condições adequadas para o grande ou o pequeno empreendedor formal ou informal limita a capacidade de expansão de qualquer economia, sendo pior quanto menor for como ocorre nos municípios.

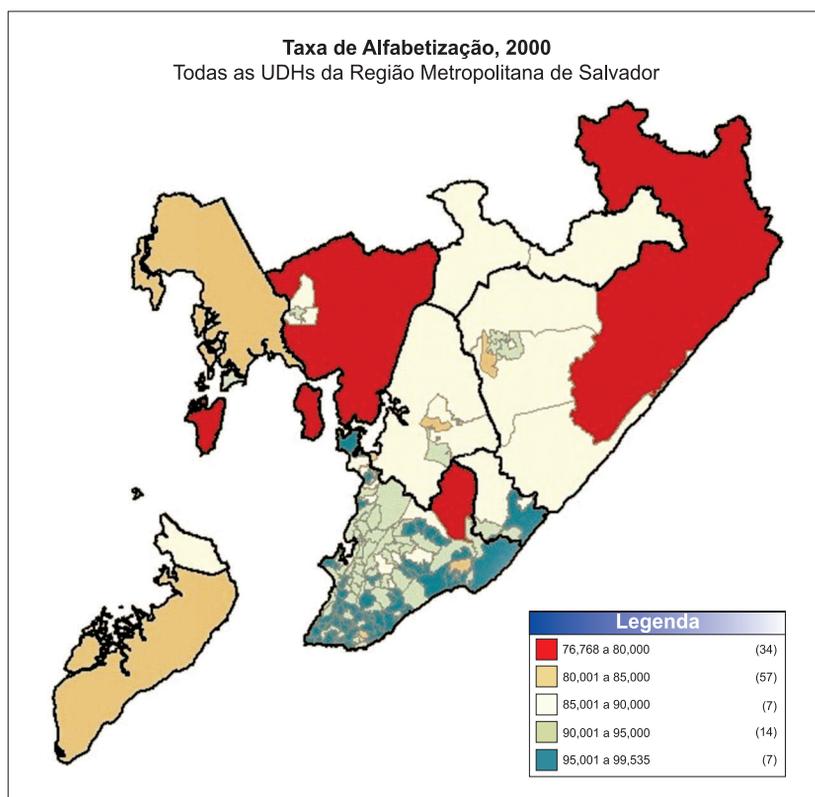
As resistências, portanto, em torno da criação e estruturação de mais uma alternativa que colaborasse com a diminuição da pobreza e as enormes dificuldades de fazer esta chegarem onde se concentram os bolsões de pobreza, cai justamente na lógica viciosa da pobreza denunciada por Myrdal (1968), circularidade quase mecânica que faz girar um mecanismo, amadurecido e com vida própria, que se constitui a pobreza.

Diante das hostilidades, as instituições surgem na Bahia – procurando ambientes favoráveis à sua estruturação e ao crescimento, ou seja, onde se concentra o maior número possível de empreendedores e com isso, a possibilidade de forma rápida operacionalizar o maior número possível de empréstimos, facilitando a viabilização financeira e institucional – inicialmente através da cidade de Salvador e se expandem nas demais cidades de maiores portes, onde encontram realidade similar, guardada as devidas proporções.

É importante também ressaltar que, apesar da RMS ter (em 2005) a maior participação percentual do PIB, com aproximadamente 50% do produto

e concentrar (e centralizar) os resultados maiores do processo de crescimento econômico, abriga também uma desigualdade de renda maior que a verificada entre outros estados brasileiros, conforme Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Salvador, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Governo do Estado da Bahia, em 2000.

Realidade que pode ser vista na figura 1, que segue, a qual demonstra como se compõe, por meio da taxa de alfabetização no ano de 2000, a distribuição de renda na cidade de Salvador.



**Figura 1 – Distribuição de Renda na Cidade de Salvador**

**Fonte:** Dados de 2000 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Governo do Estado da Bahia.

A Figura 1 mostra Salvador espacialmente marcada por uma pequena área que concentra os mais ricos, enquanto a grande área compõe-se dos menos abastados, de forma desigual.

Segundo dados de 2000 do PNUD, no bairro do Itaigara havia uma renda *per capita* de R\$ 2.135,54 (em valores de 2000), enquanto no outro extremo, no bairro de Coutos, a renda *per capita* era de R\$ 82,94/mês, ou seja, 2.475% menor, expondo uma enorme desigualdade dentro da mesma cidade, município mais beneficiado com o crescimento e com o *status* de capital de estado.

A RMS concentra 23,2% da População Economicamente Ativa (PEA) do estado, segundo Corsini (2007), ou seja, quase um 1/3 da parcela que tem renda e pode consumir. Amarga, entretanto uma enorme desigualdade social e econômica, com altos índices de desemprego e um grande número de indivíduos e famílias vivendo da renda gerada diariamente através de uma atividade informal, seja em pontos fixos nos bairros ou como ambulantes, nas ruas e avenidas de maior concentração de transeuntes.

Respaldando esta informação, segundo pesquisa sobre a economia informal (IBGE, 2008), a RMS possuía, em 2003, 33% do universo das microunidades informais do estado, que ocupavam mais de 300 mil pessoas, o que significa a metade da população da cidade de Feira de Santana, segundo município com maior população e o quarto maior PIB do estado.

Era essa realidade díspares e paradoxal mais a infraestrutura de serviços encontrada nas cidades de Salvador e demais da RMS, juntamente com um ambiente hostil das demais regiões, que atraíam as organizações para erguerem as instituições de microcrédito nesta parte do território.

Todas essas informações influenciaram as instituições na decisão de localização e de qual espaço atuarem, que na Bahia favoreceu uma aglomeração em torno de Salvador, graças à concentração de microempreendedores informais e dispor de redes sociais, e infraestrutura que diminuía as hostilidades na estruturação de uma entidade alternativa que propunha ofertar crédito para o mais pobre.

Apesar de todas as resistências do ambiente e das dificuldades inerentes, as OSCIPs não titubearam e encararam o desafio de implantar o microcrédito no estado, buscar a sustentação das instituições, levantar a discussão em torno do tema, mesmo porque tinham no apoio externo, somado ao apoio interno, um dos seus pontos fortes, e cumpriram o desafio de inserir o microcrédito nas discussões de políticas sociais e de desenvolvimento.

As Oscips pavimentaram um caminho, desbravadamente, vencendo as barreiras ou mesmo apreendendo a conviver com elas, colaborando com o surgimento e o crescimento do setor em todo país, criando a base para discutir e erguer o microcrédito na Bahia.

O microcrédito foi desenhado por esse caminho até o fim da década de 1980, o qual o distancia parcialmente do seu propósito de inclusão social, mas não deixa de ter sua importância enquanto ferramenta que democratiza o crédito entre aqueles que não têm acesso ao sistema financeiro.

Com um melhor ambiente macroeconômico devido à estabilidade econômica pós-implantação do Plano Real (julho de 1994), e todas as movimentações em torno do microcrédito pelo mundo, que passam a influenciar os diversos governos de muitos países, tal como o Brasil, o programa no país ganha novo fôlego.

Com a entrada do governo federal no processo, além de outras ações mais macro, surge o programa Crediamigo, via Banco do Nordeste do Brasil (BNB), instituição voltada para o fomento da região Nordeste, fazendo com que o microcrédito ganhe mais espaço, favorecendo o setor com ações diretas (criação do programa) e com o envolvimento de vários outros setores do estado.

Porém, apesar de se originar de um banco de desenvolvimento, o programa Crediamigo na Bahia se desvia parcialmente de seu propósito enquanto ferramenta de forte cunho social, crescendo prioritariamente em torno das cidades de maior porte, sendo a única exceção a cidade de Andaraí (302 no *ranking* do PIB/2005), preso ainda à lógica financista dos bancos, a qual orienta suas decisões e as localidades (leia-se “mercados”) onde atuem.

Com essa inclinação por parte do BNB não se descaracteriza o microcrédito, afinal o programa atenderá também muitos empreendedores pobres das cidades onde passa a estar presente, mas perde-se a oportunidade de usá-lo onde mais se necessita e se acredita que o mesmo teria maior impacto social e econômico.

Mesmo porque, diferentemente das Oscips, o Crediamigo surge como um “colchão de liquidez” grande, garantido pelo BNB, o que deixa liberto da armadilha (*trade-off*) que as organizações civis se prenderam por falta de recursos (*funding*) e pela necessidade de viabilizar-se com o exercício da atividade.

Passado o período de expansão, o Crediamigo na Bahia se faz presente em 7,2% dos municípios, diferente das expectativas que giravam em torno deste programa, nutridas pela maioria dos atores envolvidos com o microcrédito no estado, os quais esperavam que o mesmo fizesse chegar às regiões mais pobres os benefícios do “crédito popular”.

O programa do BNB contribui com a concentração das instituições em torno da RMS, embora colabore, também, com a ampliação, mesmo que diminuta, do território beneficiado com o microcrédito, sem chegar aos municípios mais pobres. Ou seja, mesmo com a entrada do governo federal no processo, o microcrédito na Bahia descentraliza pouco seu raio de ação, ao tempo que não avança em direção das cidades mais necessitadas.

Enfim, apenas nos anos 2000 esse processo, que culmina com a concentração relativa das entidades no estado, começa, gradativamente, a ser rompido através do programa de “crédito popular” conduzido pelo governo do Estado da Bahia, via os vários órgãos envolvidos e com a operacionalização e gerenciamento da Agência de Fomento do Estado (Desenbahia), em 2002.

O governo da Bahia soma-se aos demais atores que promovem o microcrédito no estado, com ações e sinalizações que usarão o microcrédito como forte ferramenta de inclusão social e colaborador no processo de desconcentração espacial e diminuição das desigualdades, à medida que segue em direção às regiões mais pobres do estado, se fazendo presente em 150 municípios, apesar de ainda não beneficiar os mais pobres entre os 417 existentes.

O microcrédito apresenta-se para o governo do estado a partir deste momento, como parte do (do grande) objetivo de desconcentrar a economia e buscar democratizar as oportunidades, além de abrir novas possibilidades que colaborem com um crescimento econômico e ritmo endógeno, ou seja, calçado, na sua maior parte, no próprio ritmo da economia interna, segundo o Plano Plurianual 2008/2011. (BAHIA, 2008).

A entrada do governo, conforme expectativa registrada ao longo deste trabalho colaborou de forma significativa, sem tirar a importância de todos os demais atores que tiveram papel pioneiro e tenham colaborado com a sensibilização das autoridades, com o avanço do microcrédito no estado.

Além da ação direta, o governo, através do programa CrediBahia, tem colaborado com aporte de recursos junto às Oscips, podendo contribuir mais ainda com o setor, ajudando a conferir a este a pluralidade necessária para se alcançar o objetivo que deveria orientar todas as organizações empenhadas com o microcrédito, combater e diminuir a pobreza.

Nesse período, agregam-se também as experiências das prefeituras municipais das cidades de Vitória da Conquista e de Itabuna, as quais colaboram com a descentralização das áreas beneficiadas com o “crédito popular”, e pluralizam mais ainda os atores envolvidos com a promoção do microcrédito no estado, apesar do programa CrediBahia contar também com a parceria logística de muitas prefeituras onde se faz presente.

Neste intervalo de tempo, engrossa o grupo de atores a organização civil: Banmulher, na cidade de Vitória da Conquista, confere a esta cidade, especificamente, dentro do processo de desenvolvimento do microcrédito na Bahia, uma condição singular em função dos fortes laços das iniciativas em torno do “crédito popular” e sua intensa relação com as entidades locais e toda sociedade.

O mais significativo no aumento e diversificação dos atores no processo de amadurecimento do “crédito popular” no território baiano é a indicação de que esta ferramenta de inclusão social pode, enfim, avançar, havendo uma articula-

ção entre eles, sobre as regiões mais necessitadas como mostrada a evolução histórica, a partir dos anos 2000.

Estes limitadores citados e desenvolvidos nos parágrafos anteriores somam-se aos argumentos estendidos para indicar as razões da maior concentração, relativa, das instituições em torno da RMS, confirmando parcialmente, a hipótese que permeou esta pesquisa, já que recentemente, o microcrédito avança sobre as demais regiões do estado baiano e amplia o espaço beneficiado.

Nessas condições, o microcrédito na Bahia, mais especificamente a partir dos anos 2000, amadurece progressivamente, com o aumento do número de instituições e das unidades destas, com maior destaque para a participação do governo do estado, via CrediBahia. Tenta avançar no sentido de poder cumprir seu papel de inclusão social e econômica, ainda que pese sobre este o desafio de fazer-se presente nos municípios mais carentes, onde teria maior impacto no seu propósito.



## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada e o avanço do microcrédito na Bahia, a partir de 1973, apresentaram certa lentidão em torno da sua evolução e uma concentração inicial – relativamente – na região mais rica deste, dadas as dificuldades encontradas e as limitações que cercavam as organizações que implantaram o crédito popular no estado.

Na década de 1970, conforme foi descrito, havia um ambiente não favorável à instalação de instituições que ofertassem crédito que beneficiasse os microempreendedores, na maioria, informais, em função de a Bahia estar voltado para a proposta de industrialização como alternativa de promoção do crescimento econômico.

Por outro lado, as limitações em torno das organizações civis, que passam pela falta de infraestrutura e de recursos, seja para facilitar sua operacionalização seja de recursos (*funding*) voltados para ofertar crédito, começam seus trabalhos, inicialmente, em torno da região metropolitana de Salvador (RMS).

A entrada do governo federal no processo na década de 1990 (1994 com o BNDES), apesar de contribuir em alguns pontos para o fortalecimento do setor no país, não o promove a ponto de colaborar para que o mesmo ocupe um maior espaço e tenha maior capilaridade, só atingindo 5% do seu público-alvo até 2006.

A ação direta do governo federal no Nordeste do país via criação do Crediamigo, tem especificamente na Bahia um efeito positivo pelo aumento do número de unidades e cidades atendidas pelo programa com oferta de crédito para os microempreendedores informais, na maioria, mas diminuto, pelo número de cidades atendidas e pelo perfil das mesmas, municípios de maiores portes entre os 417 existentes, fugindo a regra apenas a cidade de Andaraí, ou seja, contribuindo muito pouco no que tange a necessidade de chegar aos municípios mais pobres do estado.

De forma singular, experiências relacionadas ao poder público municipal nas cidades de Vitória da Conquista e Itabuna, e cidades circunvizinhas, e sociedade civil organizada, além das ações de ONGs fora do eixo do desenvolvimento, concedem ao microcrédito na Bahia certa pluralidade, ao tempo que indica que esta ferramenta passa a ser entendida por diversos atores sociais como fundamental, juntamente com outras ações, para o processo de desenvolvimento social e econômico de todas as regiões, com maior ênfase para aquelas com pouco ou escassos recursos, características da maioria das regiões baianas, à medida que faz chegar recursos às menores células econômicas, dinamizando progressivamente as economias locais e possibilitando crescimento do produto interno.

Enquanto instrumento que pode contribuir na inclusão social e econômica de milhares de famílias geradoras de renda e ocupação por meio de uma microunidade produtiva, o microcrédito ainda tem sua potencialidade diminuída na Bahia, sem perder a sua importância, mesmo porque a desigualdade é marcante nas regiões mais ricas, como foi observado pela pesquisa de 2000 realizada pelo PNUD e o Governo do Estado da Bahia.

Entende-se que o crédito popular possa realmente vir a cumprir seu papel tradicional, de acordo com o propósito que o faz surgir no mundo, ou seja, colaborar com a diminuição da pobreza, à medida que chegue e se consolide nos municípios baianos mais pobres, onde pode realizar – juntamente com outras ações – uma transformação positiva e gradual que contribua com um processo de desenvolvimento que encontre força endógena, mesmo que não alcance grandes níveis de crescimento.

A entrada do governo do Estado da Bahia em 2002 e o processo de expansão do seu programa de crédito popular (CrediBahia) sinalizam, juntamente com a compreensão que o mesmo declara ter no PPA-2008/2011, que o microcrédito é, mesmo que de forma tarde e lenta, um dos instrumentos elencados para promoção da desconcentração espacial do desenvolvimento e para integração gradual de maior parte dos municípios no processo de desenvolvimento, cabendo a cada região – com suas características – um papel específico.

Embora ainda, verifica-se que as conclusões tiradas por Sicsú e Crocco (2008) quanto à localização das agências bancárias no Brasil, as quais estão presentes nos municípios com maiores PIBs valem – parcialmente – também quando se trata de buscar referências para entender a razão da distribuição espacial das instituições de microcrédito na Bahia em números e por tipo de instituição. As instituições sejam OSCIPs, ONGs, banco ou agência de fomento, tem ainda na Bahia sua maior concentração – relativa – na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que representa por sua vez a região que concentra os resultados do processo de desenvolvimento reiniciado na década de 1970 com a industrialização mais organizada e com o apoio do estado.

Por essa condição, o microcrédito foge, parcialmente, do seu propósito, mas não deixa de cumprir parte da sua proposta, à medida que as grandes regiões industrializadas concentram maior número de pessoas – atraídas pela promessa de vida melhor – e daí maior concentração, nas periferias, de indivíduos pobres, como é o caso de Salvador e demais cidades da região, que possuem indústrias.

A experiência de microcrédito na Bahia, sua evolução histórica, seus atores, o papel que cabe a cada um, mostram que o “Estado”, via definição de um plano de desenvolvimento estadual – também relacionado a uma proposta nacional – calçado na articulação da maioria dos municípios, pode contribuir para que o microcrédito chegue aos mais pobres, dos municípios mais carentes, de forma continuada e progressiva, e cumpra seu papel de incluir social e economicamente parte dos milhões de indivíduos em condições de pobreza dentro do estado baiano.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Controvérsia científica e mercados contestáveis: o caso dos organismos geneticamente modificados. **Revista de Direito Público da Economia**, v. 21, p. 185-212, 2008. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/>>. Acesso em: 23 mar. 2008.

ABRAMOVAY, R. et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no

Brasil. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. NAÇÕES UNIDAS. **Pobreza e mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília, DF, 2003. p. 233-285.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/arquivo/node/378265>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

AMADEO, E. J. A revisão keynesiana e a prática dos multiplicados. In: AMADO, A. M. et. al. **Moeda e produção**: teorias comparadas. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992. p.139-162.

ANDE. Disponível em: <<http://www.agenciaande.org.br>>. Acesso em: 3 jan. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: sumário: procedimento. Rio de Janeiro, 1989.

BACEN. **Contém informações institucionais, técnicas, notícias, projetos e serviços**. Brasília, DF, [20--]. Disponível em: <<http://www.bacen.fazenda.gov.br>> Acesso em: 22 fev. 2008.

BAHIA. Decreto n. 8.826, de 18 de dezembro 2003. Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, Salvador, 19 dez. 2003. p. 1.

BAHIA. Decreto n. 8.571, de 25 de junho de 2003. Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fun-

dese, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, Salvador, 26 jun. 2003. p. 1.

BAHIA. Decreto n. 9.427, de 18 de maio de 2005. Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, Salvador, 19 maio 2005. p. 1.

BAHIA. Decreto n. 7.798, de 5 de maio de 2000. Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, dos programas a ele vinculados e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado da Bahia**, Salvador, 6 jul. 2000. p. 1.

BAHIA. Governo do Estado. **Estratégia de desenvolvimento econômico sustentável da Bahia**. Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/plano\\_plurianual\\_2008/6\\_PPA\\_ESTRAT\\_DE\\_DESENVOLVIMENTO.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/plano_plurianual_2008/6_PPA_ESTRAT_DE_DESENVOLVIMENTO.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2008.

BANCO DA MULHER. Disponível em: <<http://www.bancodamulher.org.br>>. Acesso em: 20 out. 2008.

BANCO MUNDIAL. **Informe sobre el desarrollo mundial 2000/2001: lucha contra la pobreza**. Washington, DC, 2001. 353 p.

BANCO REAL. Disponível em: <[http:// http://www.bancoreal.com.br/pequenas/emprestimo\\_financiamento/tpl\\_microcredito\\_tire\\_duvidas.shtm](http://http://www.bancoreal.com.br/pequenas/emprestimo_financiamento/tpl_microcredito_tire_duvidas.shtm)>. Acesso em: 3 ago. 2008.

BNB. **Crediamigo**: rede de atendimento. Fortaleza, [20--]. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos\\_e\\_Servicos/Crediamigo/grados/redeatendimento\\_bahia.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/grados/redeatendimento_bahia.asp)> Acesso em: 15 ago. 2008.

BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a instituição

de sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM) e altera dispositivos da legislação vigente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 16 fev. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/\\_Quadro-2001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/_Quadro-2001.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 9790, de 23 de março 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF**, 24 mar. 1999.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, jun. 2000. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/publicacoes/revista.html](http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/revista.html)>. Acesso em: 28 mar. 2008.

CANO, W. **Introdução à economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 264 p.

CANUTO, O. Doses de microcrédito contra a pobreza. **Valor Econômico**, São Paulo, 2 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo152.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2008.

CARVALHO, F. C. et al. **Economia monetária e financeira**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CARVALHO, J.; WANDERLEY, L. A. Ação pública e pobreza sob a teoria de Myrdal. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 17, n. 1, p. 695-705, abr./jun. 2007.

CAVALCANTE, A T. **Financiamento e desenvolvimento local**: um estudo sobre arranjos produtivos. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 160 p.

CASTIGLIA et al. **Sector informal**: uma aproximacion a su aporte al producto. Santiago: OIT, 1995. (Texto para Discussão, n. 10).

CAVALCANTE, L. R. M. T. **Desigualdades regionais no Brasil**: uma análise

de 1985 – 1999. Salvador: UFBA, [19--]. Disponível: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/{164D8221-FE3C-4109-9ECA-7C305F3EEC99}>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

CAVALCANTE, L. R. M. T.; FAGUNDES, M. E. M. Redes de cooperação e desenvolvimento local: um modelo conceitual de subsídio à formulação de políticas públicas. **Revista Desenbahia**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 45-60, mar. 2007.

CEADE. Disponível em: <<http://www.ceade.org.br>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

CORSINI, J. N. M.. **Microcrédito e inserção social em cidades baianas**: estudo da experiência do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia. Salvador: UNIFACS, 2007. 180 p.

CROCCO, M.; SICSÚ, J. Em busca de uma teoria da localização dos bancos: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 25-42, 2003. Disponível em: <[www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85\\_112.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2008.

DANTAS, V. A. **Tecnologia do microcrédito**: doze anos de experiência da Rede CEAPE. Brasília, DF: FENAPE, 1999.

DESENBÁHIA. **Financiamento**. Disponível em: <[http://www.desenbahia.ba.gov.br/credito/produto\\_finalidade.asp?codigo=270](http://www.desenbahia.ba.gov.br/credito/produto_finalidade.asp?codigo=270)>. Acesso em: 10 ago. 2008.

DISTRIBUIÇÃO espacial do PIB per capita em 2005. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/cartogramas/5\\_distribuicao\\_espacial\\_do\\_PIB\\_per\\_capita\\_em\\_2005.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/cartogramas/5_distribuicao_espacial_do_PIB_per_capita_em_2005.pdf)>. Acesso em: 5 maio 2007.

EVOLUÇÃO e caracterização das manchas de pobreza na Bahia (1991-200). Salvador: SEI, 2008. 274 p. (Série Estudos e Pesquisas, 78).

FONTES, A. M. M. **A expansão das microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM, 2004. 203 p.

IBGE. **Economia informal urbana**: 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>>. Acesso em: 18 abr. 2008.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 333 p.

KRAYCHETE, E. S. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. 2005. 225 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LANDIM, C. C. M. **O microcrédito no Estado da Bahia**: a experiência da Instituição de Crédito Itabuna Solidária. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração Estratégia) – Universidade Salvador, Salvador, 2006.

LOPES, B. M. Crédito para pessoas físicas no Brasil. In: SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PRODUÇÃO ACADÊMICA UNIFACS, 2006, Salvador. **Anais...** 2006.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 9. ed. rev. amp. atual. São Paulo: Atlas, 2005. 496 p.

LOPES, L. M.; VASCONCELOS, M. A. S. (Org.). **Manual de macroeconomia**: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas, 2000. 388 p.

MEZERRA, J. **Créditos para pequenos empreendimentos no Brasil**. Brasília, DF: OIT, 2003. 146 p.

MONZONI NETO, M. P. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006. 195 p.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 239 p.

NOGUEIRA JÚNIOR, P. B. **A economia como ela é**. Rio de Janeiro: Boi Tempo,

2001. 441 p.

OLIVEIRA, T. N. **A atuação do governo e da sociedade civil na execução do microcrédito**: um enfoque do CREDIAMIGO do Banco do Nordeste e no Banco do Povo de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2007. 87 p.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001. 366 p.

PARENTE, S. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília, DF: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. 192 p. (Coleção Prazer em conhecer, v. 1).

PEDRÃO, F. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 262 p. (Coleção Economia e Planejamento, 1. Série Obras Didáticas, 7).

PERROUX, F. A empresa motora em uma região motora. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Belo Horizonte, v. 1, 1961.

PESSOTI, G. C. Uma leitura da economia baiana pela ótica do PIB: 1975-2005. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 14, p. 78-90, 2006.

REVISTA PLANEJAMENTO NA BAHIA. Salvador: Fundação de Pesquisas CPE, v. 5, n. 4, out./dez. 1973. 136 p.

ROCHA, A.; MELLO, R. C. **O desafio das microfinanças**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 239 p. (Estudos COOPEAD).

SANDRONI, P. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1994. 375 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004. 433 p. (Coleção Ciências Sociais)

\_\_\_\_\_. **Por uma globalização:** do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 174 p.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 169 p.

SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/bahia>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

\_\_\_\_\_. **Uma pequena grande ajuda.** Salvador: SEBRAE, 2002. 15 p.

SERASA. Disponível em: <<http://www.serasa.com.br>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

SEI. **Aspectos** sociais das desigualdades na Bahia. Salvador: SEI, 268 p. (Série Estudos e Pesquisas, 78).

SICSÚ, J; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização dos bancos: algumas evidências do caso brasileiro. **Economia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 25-42, 2003. Disponível em: <[www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85\\_112.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112.pdf)> Acesso em: 23 ago. 2008.

SILVEIRA, C. M. **Trabalho e renda:** ações institucionais de fomento no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

SILVEIRA, C. M.; MELLO, R. **Setor informal urbano:** projeto de geração de emprego e renda no Brasil. São Paulo: [s.n.], 1991.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 5. ed. 4. reimp. São Paulo: Atlas, 2009. 313 p.

\_\_\_\_\_. Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87/112, jan./jul. 2005.

SPINOLA, N. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional:** a experiência da Bahia. Salvador: UNIFACS, 2003. 342 p.

STUDART, R. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma visão pós-keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 101-108, jan./mar. 1993.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

TOSCANO, I. **Microcrédito:** uma filosofia de mudança. São Paulo: Federação de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, 2001.

VIVA RIO. Disponível em: <<http://www.vivario.org.br>>. Acesso em: 13 jul. 2008.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000. 343 p.

